SANDRA GOMES

PATRIMÓNIO, ARQUITECTURA E INTERVENÇÃO

A PROPÓSITO DO CONVENTO SÃO FRANCISCO DO MONTE

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
ARQUITECTURA E URBANISMO

PORTO
2007

SANDRA GOMES

PATRIMÓNIO, ARQUITECTURA E INTERVENÇÃO

A PROPÓSITO DO CONVENTO SÃO FRANCISCO DO MONTE

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
ARQUITECTURA E URBANISMO

PORTO
2007

SANDRA GOMES

PATRIMÓNIO, ARQUITECTURA E INTERVENÇÃO

A PROPÓSITO DO CONVENTO SÃO FRANCISCO DO MONTE

Monografia apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Arquitectura e Urbanismo

_____

Sumário

A presente monografia aborda questões relacionadas com o património arquitectónico. Quando abordamos a questão património surgem algumas questões como: o que se conserva, porque se conserva ou para quem se conserva. Como tal, existem organismos que comandam este tipo de selecção. O património enquanto memória de um passado, de referência a uma história, a uma época deve ser analisado para que a sua preservação mantenha vivas as características que fazem dele um elemento importante a transmitir a gerações futuras.

A arquitectura é muito mais que o simples edifício que comporta uma função. Ela desenha espaços, distingue lugares e caracteriza épocas. Portadora de imensos valores vence o tempo e existe em diferentes momentos. Como tal, a arquitectura numa vertente patrimonial possuiu diferentes valores, podendo estes ser de natureza arquitectónica, histórica ou social.

O Convento de São Francisco do Monte, em Viana do Castelo é o caso que é estudado sob essa temática. Um edifício que se encontra em vias de classificação há três anos e que em ruína ainda conserva elementos que definem as diferentes fases de intervenção que sofreu ao longo dos tempos. São analisadas as suas características arquitectónicas, históricas e sociais com o objectivo, não de apresentar uma solução de intervenção, mas sim, a constatação dos diferentes pesos que as características adquirem consoante o contexto que ocupam.

Dedicatória

Esta monografia surge no culminar de um longo percurso. Ela remate todo o percurso académico e materializa um sonho, um desejo há muito procurado. Mas só o sonho não chega, nem só o desejo nos dá o que procuramos alcançar. As pessoas que nos acompanham nesse percurso são fundamentais. E, como tal, dedico inteiramente este trabalho aos meus pais, que lutaram e se sacrificaram por mim, sem limites e fronteiras.

Houve um dia alguém que me disse, que nomear as pessoas na parte das dedicatórias é quase como uma tatuagem. Na altura ri-me. Hoje ao escrever isto, percebo o seu significado. Fica aqui registado apenas algo momentâneo. Ou seja, o nome de alguém que no momento que escrevemos a dedicatória nos diz muito. Quando tatuamos algo, fazemos referência a alguma coisa que gostamos no momento. Mas nós, os nossos gostos, amores e desamores, mudamos. E como tal, o que hoje marcamos com toda a firmeza e convicção, amanhã poderemos achar que foi o nosso maior erro.

Desta forma, das poucas certezas que tenho na vida é o amor incondicional dos meus pais. A eles esta dedicatória jamais terá sido em vão.

Agradecimentos

Quando fazemos algo com amor e vontade em ajudar o próximo sabemos à partida que nos ficarão agradecidos. Porém nunca é demais mencionar as pessoas a quem agradeço o esforço extra de ajuda, o carinho, a amizade, a compreensão e acima de tudo a confiança.

Agradeço aos meus pais e irmã por acreditarem em mim. Á minha família pela alegria de me ver caminhar, em especial à minha avó, que apesar de achar que o meu futuro era no teatro, não deixou de me apoiar e acreditar. Aos meus verdadeiros amigos pela paciência e pelas boas recordações. Aos outros tantos amigos pelos momentos de distracção e relaxamento. Aos amigos que formei na universidade pela companheirismo, pelas noites de estudo, as noites de borga e pela forma honesta com que sempre se relacionaram comigo.

Um especial agradecimento ao meu orientador, Arqº Ilídio Silva, pela forma como me orientou, pela sua prestação e carinho.

Agradeço também a alguns docentes desta universidade, que de forma muito humana e sempre muito prestativa me ajudaram. Eles, sem ser necessário mencionar os seus nomes, sabem que, quer ao nível académico, quer ao pessoal me marcaram de forma muito positiva.

Índice

Introdução....11

I. Património....14

1.1. O Património....14

1.2. Evolução do conceito Património....16

1.3. Conceitos e atitudes sociais face ao Património....19

1.4. Património enquanto imposição legal....27

II. Arquitectura....32

2.1. A Arquitectura....32

2.2. Valor da arquitectura no conceito de Património....34

2.3. Arquitectura cenobítica na Idade Média....36

2.3.1. Abadias beneditinas - Cluny....38

2.3.3. Cister....41

2.3.4. Ordens militares....43

2.3.5. Ordens Mendicantes....43

2.4. Arquitectura cenobítica da Idade Média em Portugal....45

III. Convento de São Francisco do Monte....49

3.1. Ordem Franciscana....49

3.2. O Convento de São Francisco do Monte....50

3.2.1. Valor Histórico....50

3.2.2. Valor Social.....53

3.2.3. Valor Paisagístico.....55

3.2.4. Valor Arquitectónico.....57

Conclusão.....65

Bibliografia.....72

Anexos.....75

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Planta tipo cisterciense -
(Origem: http://wikipedia.org - Adaptada pelo autor) 42

Ilustração 2 - Oratórios de Santa Madalena; S. Pedro de Alcântara e Senhor da Prisão -
(Col.autor).....54

Ilustração 3 - Fresta gótica - (Col.autor).....57

Ilustração 4 – Arcossólio - (Col.autor).....57

Ilustração 5 - Siglas medievais - (Col.autor) 57

Ilustração 6 – Fotografias do claustro, porta de acesso à sacristia e porta de acesso da cozinha
à copa - (Col.autor).....58

Ilustração 7 - Fotografias dos túmulos existentes no claustro - (Col. autor).....59

Ilustração 8 - Pormenor da porta de acesso à sacristia - (Col. autor).....59

Ilustração 9 - Fotografias antigas do espaço claustral -
(Origem:www.monumentos.pt/Monumentos) 60

Ilustração 10 – Altares laterais - (Col. autor).....61

Ilustração 11 - Arco triunfal - (Col. autor) 62

Ilustração 12 - Escudo existente no corpo a ocidente construído pelos Sotto Maior - (Col.
autor).....63

Ilustração 13 - Localização do Convento S.Francisco do Monte, Viana do Castelo -
(Origem:Cartas militares. Adaptada pelo autor) 76

Ilustração 14 - Fotografia panorâmica do Convento - (Google Earth) 76

Ilustração 15 - Fotografias do caminho de acesso ao Convento - (Col. autor).....77

Ilustração 16 - Cruzeiro de cruz de feição barroca - (Col. autor) 78

Ilustração 17 - Pórtico da entrada do convento - (Col. autor).....79

Ilustração 18 - Convento de S. Francisco do Monte - (Col. autor).....80

Ilustração 19 - Fachada oeste do conjunto monástico (Casa Sotto Mayor) - (Col. autor) 80

Ilustração 20 – Fotografia antiga da igreja como hoje a conhecemos - (Origem:www.monumentos.pt/Monumentos) 81

Ilustração 21 - Claustro - (Col. autor) 82

Ilustração 22 - Claustro de outro ângulo de visão - (Col. autor).....83

Ilustração 23 - Planta do Convento de São Francisco do Monte.....84

Ilustração 24 - Alçado nascente.....85

Ilustração 25 - Alçado poente.....86

Ilustração 26 - Alçado norte.....87

Ilustração 27 - Alçado sul.....88

Introdução

Cada vez mais se fala em conservar, requalificar e reutilizar alguns elementos que formam o espaço cidade. Os nossos centros urbanos, cada vez mais habitados por edificado devoluto, que descaracterizam o espaço e criam um número de situações complicadas, têm sido cada vez mais discutidos. Como tal, nas últimas décadas, tem-se discutido mais uma arquitectura de reaproveitamento, reutilização, que propriamente uma arquitectura de raiz, nova. Este assunto agrava-se, ou melhor, torna-se mais complexo, quando o edificado que temos para reabilitar é património. Como tal, este conceito, cada vez mais usado para nos referimos à herança do passado, torna-se fundamental uma correcta percepção sobre este, bem como o domínio de linguagem própria.

É, portanto, numa tentativa de abordar estes dois conceitos, património e arquitectura, que são relativamente recentes, e cada vez mais em discussão, que este trabalho trata questões relacionadas com o património intimamente ligado à arquitectura. Para que esta primeira e segunda parte mais teórica do trabalho, em que se abordam questões relativamente ao património arquitectónico, possam ser mais facilmente exploradas e entendidas, é utilizado no final um estudo de caso, do Convento de São Francisco do Monte em Viana do Castelo. Com este caso prático procura-se uma exposição directa e real de características arquitectónicas, bem como de valores patrimoniais que englobam toda esta temática tão complexa que é o património arquitectónico. Este estudo de caso surge como forma de verificarmos na prática toda a teoria que envolve o assunto. Porém, não é de todo, objectivo deste trabalho a apresentação de um método de intervenção relativamente ao caso prático, o convento, ou de qualquer juízo conclusivo acerca do melhor método a ser usado nas diferentes acções de intervenção no património.

Foram várias as motivações para a escolha do objecto sobre o qual estudo o tema desta monografia. O convento de S. Francisco do Monte localiza-se na cidade onde nasci e que ainda hoje habito. Desde muito cedo, pelas caminhadas feitas, tomei conhecimento deste local. Fascinada pela sua presença inóspita e pela história que este carrega, decidi desde muito cedo que o utilizaria como tema de monografia. Ao descobrir, que apenas o cruzeiro existente no terreiro deste conjunto monástico, se encontrava qualificado como imóvel de interesse

público, encontrando-se já destruído, e que todo o convento se encontra desde 2002 em vias de classificação, verifiquei que realmente merecia um pouco mais de atenção.

Durante a vida académica, a área de património sempre me suscitou muito interesse, pois quando estudamos um edifício de uma certa época, através dos seus elementos, somos transportados para esse mesmo espaço, envoltos em novas formas de habitar e de criar o espaço.

Como tal, com este trabalho, procuro abordar mais aprofundadamente todo um conjunto de conceitos e definições em torno do património arquitectónico, bem como a sua evolução. Clarificar alguns termos bastante utilizados relativamente à intervenção no património. Clarificar os valores que cada elemento patrimonial pode possuir, através da exposição do convento de S. Francisco do Monte. Realçar o valor do convento, tentando que este seja olhado com mais atenção, enquanto ainda há tempo.

Para que os objectivos deste trabalho sejam concretizados foi necessária uma vasta pesquisa arqueológica, não só de autores já conhecidos pela sua abordagem a determinados temas, bem como bibliografia mais genérica e também dos elementos referidos pela Direcção Geral Edifícios e Monumentos Nacionais. Relativamente ao convento, para além de várias visitas ao local, bem como um levantamento fotográfico de todo o conjunto, procurou-se em diferentes organismos: Câmara Municipal de Viana do Castelo, Arquivo Municipal e Distrital de Viana do Castelo, Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Instituto Politécnico de Viana do Castelo (actual proprietário do convento), Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (antiga proprietária do convento) e Jornais da época.

Contudo, verificou-se primeiramente alguma dificuldade na partilha de informação por parte de alguns organismos bem como a perda de grande parte da documentação relativamente ao convento. Alguma dificuldade no levantamento fotográfico do convento, devido ao seu estado crítico de ruína e do uso deste para actividades ilícitas. Porém, a pesquisa da parte teórica do trabalho foi feita já com mais facilidades, pois estes encontravam-se mais acessíveis, contudo, julguei que fosse encontrar mais suportes de apoio. Alguns deles

são também demasiadamente confusos, pela imensa informação que pretendem abordar ao mesmo tempo.

Com a realização desta monografia alcancei um maior domínio não só ao nível do vocabulário relacionado com património e arquitectura bem como uma maior formalização de ideias acerca destes temas. O objectivo há muito desejado de um estudo sobre o convento, procurando com tal, alcançar objectivos maiores. Para além destes objectivos pessoais, com a concretização deste trabalho, despertei atenções que mobilizaram forças, em relação ao convento.

I. Património

1.1. O Património

O conceito de património refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não podemos entender o património apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico. Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo Homem têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas destas manifestações destróiem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E através da própria dinâmica da existência, estes objectos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objectos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. E assim a cultura flui.

No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados património.

O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é colectivamente herdado. Como afirma Ballart (1997, p.17), a noção de património surge "(…)quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos.".

Esta noção de património, com a ideia de posse que lhe é implícita, sugere-nos imediatamente que estamos na presença de algo de valor. Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências de então. Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos

critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época.

Neste sentido o património é, da forma como define Llorenc Parts (1997, p.19) "uma construção social". Construção social ou então, se preferível, construção cultural, porque é uma idealização construída. Aquilo que é ou não património depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado intervalo de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que conferem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade manufacturada pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais.

Portanto o elemento determinante que define o conceito património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado. É através desta identidade passado – presente que nos reconhecemos colectivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais.

O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória colectiva modelada pelo passar do tempo não é mais do que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento colectivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo. Os objectos do passado proporcionam estabilidade, pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado.

O património é também um documento histórico, cuja salvaguarda se torna essencial para o estudo e conhecimento das nossas origens culturais. Tudo o que nos foi deixado do

passado é portador de valores de saber específicos e gerais, para todas as categorias sociais. Qualquer que seja o século a que pertencem, estes são testemunhos do passado. Permitem construir uma multiplicidade de histórias, de políticas, de costumes, de arte e de técnicas.

O ser humano sente a necessidade de estar ligado a algo. Pela sua fragilidade ou até mesmo natureza, este necessita de possuir não só elementos bem como histórias que o liguem ao passado, aos tempos que já foram e não voltam mais. Através desses elementos, dessas histórias ele remota a outros tempos e vive-os. Tal como as lembranças que mantemos da nossa infância, dos brinquedos que guardamos, o património represente isso mesmo. Algo através do qual nos sentimos vivos, que transmitem veracidade dos tempos que já foram. A nossa eterna vontade de nos sentirmos ligados a algo. O ser humano não vive isolado, mas sim em comunidade. O património reflecte essa sua vivência.

Tal como uma visita a um museu, repleto de peças de outros tempos que nunca conhecemos, em que, ao vê-los, sentimos uma extrema ligação, ou porque acreditamos que neles estão a nossa raiz, e a de muitas coisas que hoje conhecemos, ou porque neles vemos uma história para contar.

Não podemos portanto falar de património sem referir a palavra identidade. O fortalecimento da identidade está inteiramente relacionado com a preservação do património. Contudo, há que esclarecer que património não é só "monumento", não é só viver o passado. O património é a argamassa com a qual se constrói a identidade. O Património é vivo, é vida, língua, música… O Património é físico, é histórico, é ideológico; é geográfico e ambiental, é território e paisagem; é artístico, tecnológico...enfim, cultural. O homem encontra a sua identidade cultural quando se sente dono desse património.

1.2. Evolução do conceito Património

De acordo com Stengers (cit. in Choay 1999), o património estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço

e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos (genético, natural, histórico…), que fizeram dela um conceito "nómada", prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório.

De facto, conforme Choay (2005, p.15) argumenta "É desde logo evidente que a fortuna de «património» encobre um desafio à sociedade e o verdadeiro problema reside em determiná-lo."

A evolução deste conceito pode ser analisado por uma cadeia de questões que o enquadram no tempo e história, revelando as suas primeiras utilizações. Françoise Choay em Património e Mundialização (2005, p.15) descreve essas três questões (genealógica, etiológica e semântica), que nos remetem aos anos 60 onde o termo património terá sido usado com uma conotação muito próxima da dos dias de hoje. Numa vertente genealógica o conceito património terá sido usado, segundo Choay (2005, p.16):

> "(…) em dois momentos precisos da nossa História. Primeiro, no inicio da Revolução de 1789, para designar, não sem implicação pecuniária, os bens nacionalizados da Igreja e da Coroa transformados em «património de todos». Depois, sob o impacte da Primeira Guerra Mundial, (...), para denunciar a barbárie da guerra e, novamente, com um sentido mais limitado, nas conclusões do primeiro congresso internacional sobre a «conservação artística e histórica dos monumentos» (...)".

Desta forma, constatamos o desenvolvimento da noção de património nos inícios dos anos 60, não deixando de ter em atenção que Choay se refere à História Francesa, mas sabendo que esta influenciou a História Universal. Contudo, uma vez conhecida a precedência do uso do conceito património é terminante identificarmos o seu contexto histórico. De facto e conforme Choay (2005, p.17) argumenta, "(…)que acontecimento, que circunstâncias históricas particulares terão vindo subitamente transformar a relação existente entre a civilização da Europa Ocidental e o seu passado e, em particular, o seu passado material edificado?"

A transformação da relação existente entre as civilizações e o seu passado teve dois momentos cruciais, as revoluções culturais do Renascimento e da Revolução Industrial. O Renascimento foi mais que um simples movimento artístico. Representou um novo modo de

entender a vida, a cultura e a arte em geral, "(…) rompendo com o teocentrismo medieval, instaura uma atitude reflexiva assente sobre o conjunto de actividades humanas constituídas em objecto de estudo, e aborda os vestígios edificados do passado (...)".(Choay, p.17)

A revolução industrial como Choay (2005, p.17) afirma:

> Face às destruições e às alterações do quadro de vida que ela implicou, as «antiguidades» vão, a partir de agora, dar lugar a uma protecção de tipo museológico mas, não obstante, sempre devido ao seu interesse para a história e para a arte: é então que as «antiguidades» ganham a designação de «monumento histórico». Correndo o risco de nada compreender do processo, nunca será de mais insistir no carácter etnocêntrico desta atitude, sem equivalente nas outras culturas ou civilizações, nem no facto de, até ao início dos anos 60, esta ter sido rigorosamente exclusiva das sociedades da Europa Ocidental (...).

É portanto preciso perceber o que aconteceu a partir dos anos 60 que possa explicar a rápida difusão da noção de património. Trata-se da revolução electro-telemática, a terceira revolução cultural que rapidamente se alastrou, penetrando nas culturas, alterando-as quer no seu quadro de vida, bem como a totalidade das suas práticas e comportamentos físicos e mentais. É assim que, segundo Choay (2005, p.18) que: "(…) é no horizonte da mundialização, do seu impacte nas sociedades e da crise de valores assim produzida que devemos interrogar a noção actual de património e decifrar o seu sentido.".

Acho que mais que procurarmos datas e momentos exactos que o conceito património surgiu, devemos perceber como toma proporções tão grandes. E, é nos dias de hoje que encontramos essa mesma resposta. A rápida evolução das sociedades, que subitamente se deparam com constantes revoluções tecnológicas, avanços técnicos, cria uma enorme brecha entre o que é o seu presente e o seu passado. Como tal, para que possamos constantemente aguentar com estas explosões de evolução tecnológica temos que nos segurar a algo físico. E daí, as sociedades buscam uma relação com o passado.

Esta busca, constante e fortemente marcada pelo vazio sentido, não se apazigua com documentos escritos ou histórias. A necessidade de elementos materiais que possam fortemente fazer essa ligação faz-me relembrar uma célebre frase de John Ruskin, em que ele

afirma que sem arquitectura não podemos relembrar o passado. A arquitectura transforma-se assim no bem material, de forte imponência, a que as civilizações se agarram.

Mas a arquitectura enquanto elemento patrimonial, memória do passado, nem sempre foi visto da mesma forma. Desde os nossos primórdios até aos nossos dias, que a conotam como elemento utilitário, e de afirmação e ostentação. Mas, não podemos esquecer que nem sempre percebemos o património edificado como um todo, um conjunto. Hoje conservamos o monumento e a sua envolvente, pois percebemos que este é somente valioso enquanto enquadrado num espaço que o defina e complete. Mas, outrora, ao monumento era dado valor enquanto elemento destacado, único. Arrasava-se a envolvente, procurando destacá-lo num espaço despido, descontextualizado. Desta forma, percebemos que consoante a evolução dos tempos, a nossa forma de ver o património se modifica. Como tal, a forma como este deve ser conservado e mantido e quais os parâmetros que regulamentam essa acção, vão-se alterando. O que se manteve foi sempre o sentimento que por ele nutrimos.

E, de acordo com Choay (1999, p.16), o "(…) monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios. (...) procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação.".

1.3. Conceitos e atitudes sociais face ao Património

A forma como a sociedade actual se relaciona com o passado é profundamente influenciada pelo extremo dinamismo que a caracteriza e pela tremenda aceleração da velocidade da mudança social no período moderno. Desta forma, os modelos de identificação outrora estabelecidos com o passado, sob a forma de tradição, perderam continuidade. O passado é uma realidade muito distante da experiência individual da actualidade. Mas por isso mesmo, a história e os seus objectos ganham um valor e um interesse sem precedentes. Face ao fantasma da ruptura e da desordem provocado pela ausência de valores simbólicos e de identificação, a sociedade reclama, numa explosão de nostalgia, a recuperação do passado. E neste contexto, de uma corrente social nostálgica, o património surge como uma forma de

recuperação especialmente eficaz. Através do património o indivíduo sequestra um pedaço do passado, sob a forma de objecto pessoal, em relação ao qual percebe uma vinculação directa. Como um artificio idealizado com finalidade de identificação no espaço e no tempo, como elemento de referência.

Por outro lado verifica-se uma reafirmação das identidades colectivas face às tendências da uniformização individual. Ou por reacção à globalização, ou não, a verdade é que se observam movimentos de revitalização e reinterpretação da especificidade humana que parecem constituir reacções locais a este efeito.

A dinâmica dos tempos revela-nos que as culturas não se congelam, adaptam-se. As trocas culturais são comuns. Vivemos numa sociedade de avanços tecnológicos, de facilidade de comunicação e de deslocação de pessoas, de integração económica, política e cultural, em que a globalização se tornou algo comum nas nossas vidas. O ambiente do nosso quotidiano está cada vez mais padronizado. É com esta rápida evolução que causa ausência de modelos de identificação, que as diferenças e as diversidades culturais encontram espaço na sociedade do século XXI.

Estamos a descobrir o local em contraposição ao global, as manifestações culturais, as tradições e as peculiaridades. Devemos olhar para o património como um bem que representa identidade e que exterioriza o valor de uma cultura, de algo que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição. É justamente na exaltação do novo, na busca frenética da adequação às tendências que reside a preocupação como o património, ou seja, a valorização de bens que representam referências culturais ou naturais que simbolizam a diferença e a diversidade, diante de um mundo em que parâmetros globais são referências de vida.

Ao falarmos de património e na sua existência, para que os seus valores possam superar os anos, é necessário pensar na sua conservação. E falar-se em conservação, manutenção, reabilitação ou restauro, entre outros, não significa expressar as mesmas ideias através de diversos sinónimos, mas antes referir conceitos com significados e amplitudes de acção claramente diferenciados.

Mas não podemos deixar de reflectir o que é então o património arquitectónico. Segundo a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, publicada no Diário da Republica nº19," (…) a expressão «património arquitectónico» é considerada como integrando os seguintes bens imóveis:"

> 1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;
>
> 2) Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica;
>
> 3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, cientifico, social ou técnico.

Depois de definido o que é património arquitectónico, existem diferentes formas de intervenção, e como tal, pretende-se uma apresentação sucinta e clara dos diferentes conceitos, pois não sendo objectivo deste trabalho um estudo aprofundado dos mesmo, uma vez expostos, estes possam ser usados correctamente.

Os termos a seguir expostos estão interligados entre si, dificultando por vezes a sua distinção. Com base no artigo "Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído", António Pereira (2003, p.27) definiu "(…) dois grandes grupos de termos agrupados em conceitos de protecção ou salvaguarda e conceitos de intervenção."

Os conceitos de protecção/salvaguarda englobam a manutenção, conservação/preservação, a reparação e a consolidação. Nos conceitos de intervenção temos o restauro, renovação, a reconstrução/reedificação, a reabilitação, a translocação, a

remodelação, a ampliação e a reinterpretação. Com base no estudo realizado pelo Pereira (2003, p.28) definiu-se:

Protecção ou Salvaguarda

Conceitos bastante gerais que englobam sobretudo actuações sobre a substância histórica construída, com o objectivo de assegurar a sua existência futura.

Intervenção

Conceito bastante vasto, geralmente aplicado a actuações das quais resultam alterações consideráveis do existente, inclusivamente de carácter arquitectónico.

Manutenção

A manutenção de um edifício patrimonial consiste na prevenção de danos e no garantir do seu bom funcionamento enquanto objecto construído. Esta prevenção é geralmente bastante simples, podendo ser efectuada por qualquer indivíduo, nomeadamente pelo seu proprietário. As medidas usuais de manutenção consistem, por exemplo, no arejamento do edifício para evitar danos provocados pela humidade, no desentupimento de caleiras e tubos de queda, no oleamento de charneiras metálicas de janelas, etc. A manutenção é também conseguida através de inspecções regulares a um edifício, sendo possível localizar causas de eventuais danos (caleiras entupidas, escoamentos deficientes, alojamento de plantas ou telhas deslocadas) ou mesmo de danos na sua fase inicial, tomando medidas necessárias à sua correcção.

Conservação ou Preservação

A conservação tem por objectivo retardar o processo de degradação de um edifício e, por consequência, prolongar o tempo da sua existência, sem contudo modificar a substância construída original histórica. Em acções de conservação são, por isso, mantidos os vestígios de envelhecimento e os elementos fragmentários de uma edificação. Obras de conservação incluem a construção de escoras para melhoramento das coberturas de protecção dos agentes atmosféricos ou remoção de substâncias nocivas aos materiais construtivos (tais como elementos de ferro em oxidação, dejectos de animais, sujidade).

Reparação

A reparação aplica-se à superfície de danos técnicos num edifício e implica quase sempre uma substituição parcial da substância construída, quer de um edifício, quer de um elemento

arquitectónico (porta, janela, asna, telha, etc.). A reparação torna-se necessária quando a manutenção foi deficiente ou inexistente.

Consolidação

Restabelecimento ou reforço da capacidade de suporte estático de materiais ou de estruturas construtivas. Obras de consolidação têm por objectivo evitar a deformação perigosa ou mesmo a derrocada de estruturas edificadas ou a desintegração de materiais construtivos. No primeiro caso é sempre dada especial atenção às estruturas portantes de um edifício, nomeadamente fundações, vigamentos, pilares, cunhais, asnas, etc.

Restauro

Restauro significa restituir o estado inicial (mesmo que parcialmente) ou um estado posterior à edificação de um edifício, deteriorado pela acção do tempo e/ou alterado em épocas seguintes. A acção de restauro vai para além de uma acção de conservação, tendo dois objectivos: "restabelecer a unidade de edificação do ponto de vista da sua concepção e legibilidade originais" e acentuar os valores artísticos e históricos de um edifício. O restauro tem frequentemente lugar no contexto de uma avaliação ou interpretação de um objecto artístico ou arquitectónico. Assim, numa obra de restauro pode remover-se uma parte ou estrato de um considerado de maior importância histórica e/ou artística. Devido aos problemas de autenticidade inerentes ao restauro, este deve ser realizado somente em casos excepcionais e baseado em levantamentos anteriores de carácter científico. É sobretudo em acções de restauro que a diferenciação entre original/novo dever ser identificável, como está expresso na Carta de Veneza de 1964. Duas traduções diferentes da mesma frase no artigo IX salientam os limites que se impõem ao restauro: "O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição" e "Qualquer operação deste tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas comecem".

Preenchimento de lacunas

Acção que pode ser incluída no conceito de restauro e que consiste em restituir a integridade física original de uma obra de arte, de um edifício ou de um conjunto urbano, completando uma parte perdida, conquanto essa parte seja proporcionalmente pequena em relação ao todo. A carta de Veneza põe condições a este preenchimento de lacunas no já citado artigo IX: "(qualquer trabalho complementar (restauro), que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitectónica (continuidade) e terá que acusar a data de intervenção (modernidade)." A diferenciação entre o original e o preenchimento pode assumir diversas formas: o preenchimento pode ser realizado com materiais diferentes que, harmonizando-se com o original, seja conhecível como tal; o preenchimento, a ser realizado com formas e materiais semelhantes ao original, deve apresentar

Renovação

Este conceito relaciona-se sobretudo com o aspecto visual de um edifício. Trata-se aqui do tratamento de superfícies, que pela limpeza e polimento, que por uma nova pintura e até mesmo por um novo reboco. Com esta acção restitui-se ao edifício as qualidades estéticas degradadas pelo envelhecimento das superfícies. Deste modo, o edifício readquire a coerência visual perdida, coerência visual essa que pode seguir conceitos do projecto inicial ou conceitos completamente novos. Daí a renovação não pode ser incluída no âmbito da protecção, mas sim no de intervenção em património. A renovação só preenche os critérios de protecção de património se for de tal modo concebida que não implique a destruição das superfícies existentes, isto é, que sejam conservadas as superfícies, as pinturas e os rebocos históricos por baixo da nova camada aplicada neste tratamento.

Reconstrução ou reedificação

Reconstrução significa construir novamente, ou seja, construir um edifício ou partes de um edifício em substituição de um outro desaparecido ou de partes desaparecidas. Reconstrução é um termo geral e bastante vago, englobando outros termos mais precisos, como cópia, reconstituição e anastilose. Reconstrução pode também significar uma simples reedificação de um edifício destruído, reedificação essa dissociada da forma original histórica do património desaparecido. É contudo necessário frisar que não é possível reconstruir um edifício patrimonial desaparecido (com excepção parcial para a anastilose), dado que o conceito de património edificado é indissociável da existência da substância construída original. Esta substância não é, portanto, substituível, pois uma estrutura construída hoje é precisamente nova e não histórica. Isto não implica que a reconstrução, ou os diversos tipos de reconstrução, não possam ou mesmo devam ser aplicados em alguns casos na protecção do património, sobretudo quando se trata de proteger vestígios ou ruínas ainda existentes. No caso da intervenção no Chiado após o incêndio de 1988, da autoria do arquitecto Álvaro Siza, trata-se de uma reconstrução e não uma reconstituição. Não só houve a intenção de reconstruir os interiores dos edifícios e dos quarteirões segundo as formas anteriores ao incêndio, como foram ainda remodeladas algumas fachadas e inclusivamente unidas algumas parcelas na Rua do Carmo. Álvaro Siza apenas recorreu à linguagem pombalina nas fachadas para evitar a quebra do contexto urbano desta zona (o problema visto a esta escala pode inclusivamente ser definido como preenchimento de uma lacuna urbana).

Cópia

A cópia consiste numa réplica exacta de um edifício ou de um elemento edificado ou decorativo original existente. A cópia não possuiu à priori valor patrimonial, isto é, não substituiu o original enquanto documento histórico. É por isso uma medida a evitar em intervenções de protecção de património. A cópia justifica-se somente em casos em que o original corra perigo de destruição.

É o caso, por exemplo, das cariátides do Erecteion da Acrópole de Atenas, substituídas em 1979 por cópias em pedra artificial. As originais, que corriam risco de se deteriorarem devido à sua fragilidade, foram retirados para o museu Acrópole. Esta medida possibilitou ainda inserir dentro das cópias de pedra artificial pilares para o necessário reforço estático suplementar do templo (consolidação), algo que nunca se faria com as cariátides originais. Esta substituição das cariátides por cópias foi uma medida drástica excepcional, apenas justificada por ser a única que garantia a sua manutenção. O valor do conjunto arquitectónico do Erecteion foi, contudo, diminuído enquanto documento.

Reconstituição

A reconstituição consiste numa réplica formal conjectural o mais exacta possível de um edifício ou de um elemento edificado ou decorativo original desaparecido. Fala-se em réplica conjectural porque, não existindo o original, nunca há a garantia de que a reconstituição seja de facto a réplica exacta desse original desaparecido (de contrário tratar-se-ia de uma cópia). Uma reconstituição só é possível existindo suficientes fontes de informação sobre o edifício a reconstituir (desenhos de projecto, levantamentos, fotografias, descrições, etc.). A reconstituição é sobretudo recomendada em casos de desaparecimento recente e drástico (em caso de catástrofes como guerras, incêndios, terramotos, aluviamentos, etc.), havendo ainda conhecimento directo do original perdido.

Anastilose

A anastilose consiste no único tipo de reconstrução em que o resultado tem algum valor patrimonial. Trata-se da reconstrução, eventualmente parcial, de um edifício, usando elementos originais que se encontravam desagradados da estrutura edificada. A situação mais comum é a de se encontrarem estes elementos em escavações arqueológicas e, ao invés de alinhados posteriormente num museu ou num depósito, serem utilizados para complementar o edifício arruinado como se de peças de um puzzle se tratassem. A anastilose é, segundo a Carta de Veneza de 1964m o único método de reconstrução admitido para locais arqueológicos. Mas uma vez que o mais frequente é existirem elementos originais de forma fragmentária, faltando inúmeras peças do referido puzzle, a anastilose é forçosamente acompanhada de outros métodos de reconstrução, nomeadamente do preenchimento de lacunas. Alguns exemplos de objectos arqueológicos parcialmente reconstruídos por anastilose são o Partenon da Acrópole de Atenas, as inúmeras ruínas do Fórum Romano de Roma, assim como as ruínas de Palmira na Síria, de Gerasa na Jordânia, de Baalbek no Líbano, etc.

Reabilitação

Uma acção de reabilitação consiste em devolver a um edifício ou conjunto urbano ou rural a sua capacidade de ser utilizável, ou seja, de o tornar habilitado a funcionar novamente. A

reabilitação pode trazer uma sobrecarga adicional, nem sempre sendo por isso compatível com a protecção patrimonial ideal. Isto é frequente em obras de reabilitação de edifícios históricos, os quais são adaptados para satisfazer exigências funcionais técnicas actuais para as quais não foram concebidos. Estas adaptações podem incluir a construção de elevadores e rampas para deficientes, escadas e sistemas de detecção de incêndios, condutas para cabos de telecomunicações, sistemas de ar condicionado, novas instalações sanitárias incluindo todas as canalizações necessárias, etc. No entanto, a reabilitação pode também ser acompanhada de uma diminuição da sobrecarga de utilização normal de um edifício, contribuindo assim para a sua melhor preservação.

Translocação

A translocação de um edifício ou partes de um edifício consiste no seu desmonte, remoção e na sua remontagem noutro local, com recolocação idêntica de todos ou de grande parte dos materiais e elementos construtivos originais. Um dos mais célebres exemplos de uma translocação foi a do complexo de Abu Simbel nos anos 60 do século XX para uma localização mais alta nas margens do Lago Nasser, pois encontrava-se em perigo de submersão com a construção da barragem de Aswan. Em Lisboa poder mencionar-se o Arco de S.Bento, desmontado na década de 30 por ocasião de uma campanha de obras, e reedificado décadas depois na Praça de Espanha.

Remodelação

Intervenção em património da qual resulta uma alteração formal e construtiva do existente, frequentemente como consequência de uma adaptação de um edifício a uma nova utilização.

Ampliação

Trata-se de uma intervenção não na substância histórica do património, mas sim de adição à mesma. Uma ampliação, independentemente das suas qualidades enquanto obra de arquitectura, pode ser benéfica ou prejudicial ao património envolvente, dependendo da maneira como se relaciona com este. Daí inserir-se na área de intervenção do património.

Reinterpretação

A reinterpretação consiste num reformador formal de elementos históricos (existentes ou desaparecidos) como base de projecto para uma obra de reconstrução ou ampliação. Para esta reformulação são seleccionadas apenas algumas características dos mencionados elementos históricos na concepção dos elementos (re)construídos (tais como dimensões, geometrias regrantes, materiais, elementos decorativos), distinguindo-se estes dos primeiros através de outras características que lhes conferem o cunho da contemporaneidade da intervenção (se estes novos elementos fossem concebidos de acordo com todas as características dos modelos

> históricos, tratar-se-ia não de uma reinterpretação, mas sim de uma cópia ou de uma reconstituição). Uma das reinterpretações mais proeminentes de Lisboa realizou-se na completação da fachada da Casa dos Bicos em 1982 pelos arquitectos José Daniel Santa-Rita e Manuel Vicente, cujos últimos pisos tinham sido destruídos pelo terramoto de 1755. As janelas originais destes pisos, conhecidas através de representações gráficas, foram na altura da reconstrução reinterpretadas pelo arquitecto António Marques Miguel, que, com base nas geometrias regrantes das janelas manuelinas bi e trilobadas, produziram peças novas que, se por um lado se inserem na fachada e simulam a sua silhueta história, por outro são imediatamente identificáveis como uma adição posterior. A reinterpretação é uma técnica frequentemente usada em reconstrução, mas também o pode ser em intervenções de remodelação ou de ampliação, com o objectivo de harmonizar o novo com o antigo.

Só de verificarmos os diversos tipos de intervenção que se podem realizar no património edificado, e não sendo de todo um objectivo deste trabalho explorar qual o método mais correcto a ser utilizado, verificamos que são ínumeras opções que existem para fazer que o património perdure.

1.4. Património enquanto imposição legal

Para além de definições das diversas expressões que envolvem todo o universo relacionado com património, é também necessário a criação de parâmetros que ajudem a uma selecção dos elementos que devem ser conservados.

Mas o processo de escolha daquilo que é ou não conservado depende de uma politica nacional relativa ao património, vertida na lei, bem como de políticas mais acima, as europeias e as convenções mundiais. Contudo, o que hoje possuímos como património preservado não se deve só ás leis e Cartas que conhecemos, mas também aos museus. Estes possuem uma parcela de autonomia no processo decisório. Mas no âmbito deste trabalho vamos analisar aquilo que se encontra escrito e registado, pois a autonomia que cada museu pode ter ou não, trata-se de um assunto menos palpável e como tal, sem fundamento para futuras conclusões, e também porque a grande parte dos museus guardam mais património móvel que arquitectónico.

A Carta de Veneza 1964 é o expoente máximo entre as várias Cartas internacionais reguladoras da conservação do património. Na génese da Carta de Veneza estava a ideia de criação de um documento que permitisse ultrapassar as dificuldades de aceitação de linhas teóricas produzidas em contextos culturais diversos daqueles onde essa carta fosse aplicada. Com efeito, é virtualmente impossível criar um documento internacional que possa englobar as várias particularidades culturais que constituem o pensamento das sociedades, mesmo que o âmbito fosse reduzido às ocidentais, dadas as diferenças entre a tradição e a forma como o património é sentido nos vários locais. Apesar do esforço, dadas as especificidades referidas, é bastante difícil alcançar tal objectivo. Contudo, a Carta de Veneza define:

> Artº 1 – A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, em evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquirem com o tempo um significado cultural.

Esta definição um tanto ambígua e que vê o monumento enquanto elemento único ou sítio foi sofrendo alterações. Na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa um novo conceito surge que vem substituir o de monumento histórico. A expressão, património arquitectónico, integra os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios tal como se encontram definidos no capítulo 1.3. deste trabalho. Esta é já mais extensa, pois define os objectivos da Convenção. Em busca de uma união mais estreita entre os seus membros, salvaguardando o seu património em comum, e tendo consciência do valor insubstituível do mesmo, é então necessário traçar meios de alcançar os objectivos.

Das diversas cartas e convenções, a observação desta legislação internacional, de forma mais ou menos consciente, foi adoptada por Portugal, ou simplesmente afectou a legislação nacional. Esta influência é directamente observada, nas definições que o IPPAR subscreve da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, em relação à definição das categorias de “Monumento”, “Conjunto Arquitectónico” e “Sítio”, apresentadas no seu site oficial. Aquilo que se conserva, como se conversa no território nacional é definido por diversos organismos, que aqui destacamos dois mais relevantes, a

DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico).

A DGEMN tal como ela mesma define no seu site:

> "(…) é o organismo público tutelado pelo Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional que tem como missão promover a qualidade do património arquitectónico ao nível do projecto, das técnicas e dos materiais de construção, através da salvaguarda de valores de distinção e identidade, susceptíveis de constituírem um legado patrimonial para as gerações futuras e um contributo para o desenvolvimento regional.".

A DGEMN zela pela conservação dos elementos patrimoniais. Uma vez classificados como tal, cabe a este organismo, estudá-los, analisá-los e optar por um meio de conservação. A conservação do património histórico edificado é uma actividade de carácter muito específico, na medida em que associa questões de natureza técnica com valores culturais. De tal modo, nesta dualidade entre valores culturais e técnicos surgem um conjunto de dificuldades metodológicas. Estas dificuldades podem ser ultrapassadas uma vez bem definidos os campos de actuação, deixando sempre uma certa ambiguidade no campo de definição da qualidade da intervenção. Mas as condições de natureza técnica são de definição razoavelmente mais simples, umas vez que se fundamentam em ciências de carácter mais exacto. Já os valores de carácter cultural são mais complexos, de difícil definição. É neste importante ponto que não encontramos uma definição concreta exacta daquilo que culturalmente possuiu mais ou menos valor, isto de uma forma radical.

O património enquanto noção de cultura é algo relativamente recente. Este era visto como algo meramente utilitário. A sua conservação era encarada como forma de mantê-lo "actualizado", respondendo as necessidades. Ou então com um carácter económico ou social.

É portanto, neste aspecto tão elementar que outro organismo actua. Segundo a sua legislação, disponível no site oficial, "Ao IPPAR compete por lei a classificação de imóveis de valor cultural." Como tal, cabe-lhe a ele definir os critérios utilizados: "(…) critérios de

carácter geral –histórico-cultural, estético-social e técnico-científico; e de carácter complementar – integridade, autenticidade e exemplaridade do bem.".

O IPPAR executa regularmente este trabalho de classificação de imóveis, que se assevera fundamental para fixar critérios de valorização do património imóvel, uma vez que o universo do património se encontra em permanente alargamento. O acto de classificação exige uma tramitação rigorosa. Assim, após a entrada da proposta de classificação (que qualquer cidadão pode subscrever) a mesma é analisada, para se saber do valor do imóvel em causa, atendendo aos critérios em uso, e percorre várias fases:

Abertura e audição: em caso de se achar positiva a proposta, inicia-se a instrução do processo de classificação (que implica, para além do despacho de abertura de instrução, a audição do município, a notificação ao proprietário, a afixação e publicação de editais, a comunicação ao proponente e a outras entidades eventualmente envolvidas na mesma área de jurisdição);

Fundamentação técnica da classificação: segue-se a fundamentação técnica da classificação elaborada pelas Direcções Regionais do IPPAR de modo a informar o processo (investigação e pesquisa, caracterização do bem, qual o valor, eventual sugestão de categoria, etc.);

Homologação: procede-se de seguida, à fase de homologação na qual se obtém o parecer do órgão consultivo do IPPAR (Conselho Consultivo) e a posterior homologação e ratificação do relato/parecer pelo Ministro da Cultura.

Divulgação ou publicitação: passo seguinte, naturalmente demorado (e dependente de terceiros): a divulgação ou publicitação. Trata-se de promover a afixação e publicação de editais pela Câmara Municipal.

Publicação: findas estas etapas e caso não tenham surgido reclamações – as quais têm de ser forçosamente avaliadas e respondidas – segue-se a publicação, o que pressupõe a verificação atenta de todo o processo para preparação do Decreto, que avança depois para publicação em Diário da República. Depois de publicada, comunicar-se-á à Conservatória do Registo Predial a classificação, de modo a que o proprietário do bem possa auferir das regalias que a Lei lhe concede (isenção de Sisa e de Contribuição Autárquica) e seja submetido aos deveres que a mesma obriga (direito de preferência do Estado e da Autarquia em caso de transmissão de propriedade; parecer obrigatório do IPPAR em caso de alteração ou quaisquer outros trabalhos).

Desta forma, através de um formulário para a instrução do processo de classificação o IPPAR selecciona os imóveis que deverão ser considerados património. Apesar de descritos estes passos, assim como outras funções do IPPAR, ficam sempre umas perguntas no ar. Mas afinal, quem no final determina o que se conserva? Em que se baseia essa pessoa ou organismo para tal escolha, para além dos factos? Analisar os imóveis ao nível técnico e histórico será o suficiente para classificá-los como melhores ou piores? Não está o património, enquanto memória do passado, associado a ligações emocionais?

Como tal, é claramente notório que apesar das imensas cartas e convenções, em que umas preenchem as lacunas das outras, em que as definições evoluíram num crescente número de palavras, número de pessoas envolvidas, áreas protegidas ou a proteger, há ainda um longo caminho a percorrer relativamente ao carácter legal e institucional que o património possuiu.

II. Arquitectura

2.1. A Arquitectura

A Arquitectura, segundo Goodmann (cit. *in* Maria Rodrigues 2002) "(…)representa a cristalização e a idealização do humano na vivência do mundo e é, por si, um modo de representar mundos (…)".

> A arquitectura, não sendo uma ciência, é um saber fazer, isto é, uma capacidade de ordenar o mundo e por essa acção humanizá-lo. A arquitectura, como todos os objectos existentes, comporta uma historicidade, quer como estrutura própria – história da arquitectura -, quer como conjunto de valores, ideias, opiniões, desejos que constituem para a humanidade um conjunto revelador de uma teoria das mentalidades. Permitimo-nos, pois, escutar algumas das vozes que através dos tempos se ocuparam em definir arquitectura (...).

A arquitectura pode ser definida por inúmeras perspectivas. As citações a seguir transcritas, agrupadas em diferentes pontos de vista, irão expor algumas das formas de ver, sentir e definir o conceito arquitectura.(cit. in Bruno Zevi 1996).

Definição cultural, psicológica e simbolista:

> «A arquitectura é um campo privilegiado na expressão do génio de um povo...» (Horace Walpole).

> «Eu alinho com aqueles que vêm a arquitectura como a arte de construir edifícios segundo necessidades civis e sagradas dos povos, decorando-os de maneira que o ornamento indique significação e o uso para que são destinados» (Pietro Selvático).»

> «A arquitectura é o registo da história da humanidade» (Honoré de Balzac).

> «A arquitectura é a representação das necessidades, dos medos e das aspirações de uma época; é a forma real da sua civilização» (R. Atkinson – H. Bagenal).

«A arquitectura diz-nos como eram os povos, onde e como habitavam e oravam, os seus usos domésticos e sociais, as suas aspirações e as suas conquistas» (R. Lutyens e H. Greenwood).

Definição funcionalista e tecnicista:

«A arquitectura não é senão a ornamentação do edifício.» (John Ruskin)

«A arquitectura é a poesia das construções […] baseia-se na edificação, mas tem qualquer coisa a mais, como a poesia tem qualquer coisa mais que a prosa.» (Thomas Jackson)

«A arquitectura começa onde acaba a função.» (Edwin Lutyens)

«A arquitectura é o sábio jogo, correcto, magnífico, dos volumes do espaço». (Le Corbusier)

Definição linguística:

«A arquitectura não é senão a ordem, a disposição, a bela aparência, a proporção das partes face ao todo, a proporção e a distribuição.» (Miguel Ângelo)

«A arquitectura é uma ciência intelectual e prática que visa estabelecer, com o raciocínio, o bom uso e as proporções do que constrói.» (Carlo Lodoli)

«A arquitectura, que de todas as artes, é a mais submetida às condições materiais, económicas e sociais, é também aquela, que graças às proporções matemáticas e às formas geométricas, exprime as especulações mais abstractas do pensamento humano.» (Louis Hautecoeur)

Definição espacial:

«o espaço é domínio exclusivo da arquitectura» (Josef Hudnut)

«A capacidade de manipular o espaço cria uma diferença profunda entre a arquitectura e as outras formas de arte. O efeito da arquitectura nesse sentido parece mais imediato[...]; exige-se um acto de aproximação diante de uma pintura ou de uma escultura, o espectador deve estabelecer um contacto.» (E. Julius Posener)

A arquitectura é algo mais que simplesmente um edifício com uma função. É ela que caracteriza os locais, que forma as cidades, que cria os espaços. Ultrapassa a sua componente física, enquanto matéria que ocupa um lugar, e transpõe-se para campos de identificação com um espaço. Desta forma, julgo que a arquitectura para além da sua fortíssima componente técnica, onde a sua edificação depende para além de uma função de uma especificação e estudo técnico, está também intimamente ligada ao acto de criação de espaços e de ligação sentimental, visual e identificativa, não só com o espaço que rodeia um edifício, ou o próprio edifício, ou a cidade.

Tal como um livro que nos conta histórias e factos, também a arquitectura nos revela muito da época em que é construído. Distribuição espacial, elementos arquitectónicos, decoração, enquadramento revelam-nos formas de viver, de habitar, de pensar e como tal remetem-nos para épocas exactas, momentos da história. Contudo, ela resiste mais que um livro, que um manuscrito. Ela transpõe épocas, preenche-se de significado e torna-se assim num elemento importantíssimo que nos remete a diferentes lugares e épocas.

2.2. Valor da arquitectura no conceito de Património

Com o passar dos tempos são-nos sempre deixadas marcas. Ora utensílios usados nas mais simples tarefas, ou manuscritos minuciosamente trabalhados, edifícios que nos revelam vivências e técnicas, modos de vida. Todos estes e outros objectos deixados são património, enquanto memória de um passado. Património que reflecte uma época, mentalidade, cultura e modo de viver.

Contudo, os elementos arquitectónicos e os edifícios, possuem um valor bastante maior. Enquanto elemento singular, carregam valores técnicos, estéticos, reflectem modos de vida, tradições, costumes, conhecimento. Mas também, enquanto articulação privilegiada com o espaço cidade e significado denso acumulado ao longo dos séculos, faz da arquitectura um elemento patrimonial com muitos níveis de significação.

Se o património é o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras, então por entre os diversos elementos que nos são deixados, a arquitectura é, na minha opinião, aquele que mais legado pode deixar sobre épocas passadas. E isto, se pensarmos em arquitectura enquanto edifício singular, pois uma vez inserido numa malha urbana, em harmonia com outras edificações, o seu valor aumenta, bem como aquilo que podemos retirar das épocas passadas. Todas as manifestações materiais de cultura criadas têm uma existência física num determinado tempo e espaço. A arquitectura é a manifestação material com mais duração e que mais nos revela sobre tempo e espaço. Ela pode revelar bem mais que um época. Nela podemos encontrar um acumular de transformações de épocas, acumuladas em si, e que nos revelam as mudanças, a evolução. Pois para além dos elementos na arquitectura que nos podem precisar momentos, datas, épocas, culturas, é também portadora de um desenvolvimento, de uma evolução. E esta sim, com muito valor histórico, e de mais difícil estudo, encontra-se nas alterações e misturas encontradas nos elementos arquitectónicos e integra em si as outras artes.

A arquitectura e o espaço da cidade são suporte de narrativas de poder explicativo. Neles encontramos valores práticos, espirituais e culturais. Valores práticos, no sentido em que são cumpridas as funções de protecção e de abrigo, valores espirituais, ligadas às qualidades que se dirigem à nossa sensibilidade e valores culturais, como elementos que caracterizam, definem e distinguem todo um percurso. Talvez seja uma forma um pouco simplista de ver a arquitectura. Mas penso que esta é feita com um objectivo, seja de habitação, de protecção, de abrigo e depois, uma vez cumprida esta função são-lhe anexados valores estéticos, elementos que a tornem mais identificativa de uma época, de uma mentalidade. Desta forma, a arquitectura possuiu um carácter de percepção muito directo. Mesmo quem não estude arquitectura, consegue identificar alguns edifícios como característicos de uma época. E é este carácter que marca e destaca a arquitectura dos outros elementos patrimoniais. Também porque estamos em contacto directo no nosso dia a dia com diversos elementos arquitectónicos. E através dessa aproximação, começamos a identificar os elementos mais caracterizadores de cada época.

Também a monumentalidade que está associada à arquitectura, enquanto elemento físico com bastante presença, torna-a sem dúvida um elemento patrimonial com mais impacto. Mosteiros, conventos, palácios que quando os visitamos confrontamos, quer com a

capacidade técnica da época, em que não possuíam as máquinas de hoje em dia, quer pela forma como nos transporta para o seu tempo e espaço. Envolve-nos e faz-nos transpor épocas, contando-nos como eram vividos esses espaços.

2.3. Arquitectura cenobítica na Idade Média

Como disse, arquitectura é sempre uma das produções humanas mais caracterizadoras do quadro mental de uma cultura, de uma civilização. As diversas especialidades que contribuem para possibilitar a efectivação dos edifícios e o carácter conceptual imprescindível para se consubstanciar a caracterização do espaço determinado pela arquitectura fazem dos seus testemunhos e da história que representam, verdadeiras ilustrações dos diversos aspectos que definem a cultura de uma época, de uma sociedade. A análise das construções da Idade Média, nomeadamente das construções religiosas que o homem medieval soube produzir, evidencia toda a estrutura das características do seu saber, os seus paradigmas e as suas mais fundamentais determinações. Um levantamento, mesmo que sumário, da sua evolução e multiplicidade levar-nos-á do caso em estudo.

O desaparecimento do Império Romano do Ocidente no ano 476 marca o início da Idade Média, época em que na Europa se criam uma série de reinos independentes dominados pelos povos germânicos. A igreja foi um dos elementos de poder e de transmissão da cultura e como tal, com a evangelização dos povos, são os mosteiros que mantém viva a cultura da antiguidade clássica. A fusão do passado cultural romano com os novos costumes e culturas dos povos germânicos e do cristianismo configurará as origens da civilização europeia ocidental.

Na produção edificatória do medieval pode facilmente verificar-se a questão da finalidade como fundamento do Bom, do Belo; podem analisar-se as questões através da encomenda e dos patrocínios que permitiam a prossecução da obra, constatando o quadro social medieval e a sua determinação ao desígnio religioso que unifica a Idade Média. Na análise dos edifícios medievais podem ser apercebidas as diferentes forças que determinam as

características da arquitectura da Idade Média. Pode verificar-se a diversidade formal e entender ao mesmo tempo a sua unidade e globalidade espacial e de concepção; pode compreender-se a formalização dos princípios teóricos que definem a concepção e a forma como esses princípios são aplicados na prática.

A mais relevante herança construída que nos foi legada pela produção edificatória do medieval foram provavelmente as de cariz religioso, sejam igrejas, capelas ou mosteiros, talvez mais significativas que as muralhas defensivas, as torres de exaltação do poder ou outras construções de carácter civil. Esta predominância revela o significado na estruturação social e na justificação cultural que a religião tem no contexto da Idade Média.

O modelo de Igreja adoptado na Idade Média é representativo da característica da cultura medieval de recuperação e adaptação da herança do conhecimento da antiguidade, em que o modelo foi o da basílica do mundo romano. As primeiras utilizações cristãs causaram alterações à Basílica, edifício romano de função civil, adaptando o modelo ao culto sagrado. Este sofreu diversas alterações ao longo de toda a Idade Média de forma consistente e determinada; introduziram-se a cabeceira múltipla e os braços do transepto, desenhando em planta a cruz latina, com o intuito simbólico directo de assim assemelhar a estrutura espacial do edifício com a da cruz de Cristo, instrumento do seu martírio. Desta maneira, o cruzeiro define o centro do edifício, local de teofania, da eucaristia, onde a luz divina desce desde a torre singularizando-o e glorificando-o, a mesma luz que depois os medievais souberam multiplicar com o modo gótico e o assumir definitivo do resplandecente como revelação da beleza divina.

A simbólica do edifício era igualmente definidora da escolha do local para a sua implantação. É frequente a construção de mosteiros ou de igrejas em locais onde teriam existido outros templos primitivos, associando a edificação a lendas miraculosas, assumindo-se a refundação por invocação da tradição sacra do local. Mas também se assume a fundação de novos locais de oração, nomeadamente em sítios abençoados com carácter predispondo à contemplação, ou de bons ares, por imperativo de consolidação da estrutura administrativa, politica e religiosa do território.

O dispendioso processo de consolidação e expansão territorial da fé implicou o financiamento do poder económico, assegurando a constituição da estrutura geográfica que legitimava o seu poder e prosperidade. A necessidade de estabelecer uma rede de consistente de povoamento e o carácter omnipresente da religião determinaram a contribuição dos monarcas e da nobreza – do sistema feudal – através da encomenda ou do patrocínio, mecénica profissão de assegurar a fundação ou a manutenção dos edifícios destinados ao culto ou à exaltação da divindade unificadora medieval.

2.3.1. Abadias beneditinas - Cluny

Na Europa ocidental, os primeiros mosteiros aproveitaram grande parte do traçado das villas romanas deixadas como marca do Império Romano, reutilizando-as ou copiando a sua planta-tipo. De inicio os mosteiros eram muito sumários. Depois de São Bento, foram erguidos mosteiros excedendo, em espaço e esplendor, tudo o que antes se vira.

Os mosteiros como conjuntos construídos para a contemplação na busca da inspiração divina na oração e portanto vocacionados para a evocação do saber implicaram a definição e aperfeiçoamento de um programa funcional que é, em si próprio, místico e transcendente: um edifício em que as suas paredes e os seus espaços evocam e transportam para a procura da revelação de Deus, logo para o saber, conforme delimitado pela Idade Média.

A definição e caracterização dos seus espaços e as relações que estabeleceram entre si, a organização do conjunto, deveria conduzir à predisposição para o conhecimento e para a revelação. O claustro é o elemento de revelação da dimensão de sintetização que torna visível a harmónica do mundo, e ainda significativo na demonstração da forma como as características espaciais cumprem as funções que lhe foram determinadas. Lugar de contemplação por excelência, o claustro representa a delimitação e a geometrização do mundo natural, a sua domesticação, a revelação da beleza divina com o resumo que evidencia as suas características, colocando a sul a igreja, opunha-se exactamente à porta norte que se abria ao exterior hostil e selvagem ou para o cemitério. Desde os templos Paleocristãos que as igrejas

eram orientadas de Ocidente para Oriente, na direcção da cidade santa de Jerusalém e do Santo Sepulcro; em que a porta do céu, a ocidente, marcava a transposição para o acesso à revelação divina. Esta orientação da igreja determinava a orientação do mosteiro, marcando a sua relação com a ordem cósmica divina. O restante conjunto de edifícios dos Mosteiros organizava-se por determinação desta definição simbólica da posição do conjunto sagrado do espaço litúrgico; as celas, os refeitórios e cozinhas, o scriptorium e a biblioteca organizavam-se para sul, normalmente à volta do claustro, ou em conjuntos edificados autónomos.

Tais edifícios eram organizados uniformemente segundo um programa baseado na Regra, que apenas era modificada para se adaptar às circunstâncias próprias de cada local. O claustro aparece como um elemento agregador dos vários edifícios. A igreja, com o seu claustro a sul, forma um núcleo, como centro da vida religiosa da comunidade. Em relação próxima com a igreja estão os edifícios que marcam o quotidiano dos monges, como o refeitório, o dormitório, o salão comum para a necessária convivência social, a sala do capítulo para reuniões de carácter disciplinar e religioso. Estes elementos essenciais da vida monástica são geralmente abrangidos por um pátio enclaustrado, permitindo o acesso entre os diversos edifícios, mesmo com mau tempo.

A enfermaria, para monges doentes dispunha-se a oriente. A escola externa, com a casa do mestre-escola, junto à parede norte da igreja, ficava fora do recinto conventual, próxima da casa do Abade, que o devia vigiar constantemente. Os edifícios devotados à hospitalidade dividiam-se em três grupos: um para a recepção das visitas mais importantes, outro para os monges que estivessem de passagem pelo convento, outro para os viajantes pobres e peregrinos. O primeiro e terceiro, as visitas importantes e viajantes pobres e peregrinos, ficavam nos lados da entrada comum do mosteiro. O edifício para as visitas importantes ficava do lado norte da igreja, não muito longe da casa do Abade, as instalações para os pobres ficavam a sul. Os monges eram alojados numa casa de hóspedes normalmente a norte da igreja.

O grupo de edifícios destinados à satisfação das necessidades materiais do estabelecimento ficam a sul e a ocidente da igreja, estando claramente separados dos edifícios

monásticos. As construções eram apenas de um piso, com algumas excepções como o dormitório principal.

Os mosteiros beneditinos apresentam sempre um maior número de edifícios pois como se localizavam em locais onde pudessem desenvolver actividades agrícolas, obriga a que existam edifícios que assegurem esta prática.

Esta ordem cristaliza-se com S.Bento. Ele imprimiu-lhe uma forma mais nítida e clara, fazendo da sua regra um código completo da vida monástica. Aborda a organização do mosteiro, as atribuições do abade e a distribuição dos cargos, o emprego do tempo, o exercício das virtudes religiosas e cristãs, a contemplação, a liturgia; numa palavra, tudo o que entra em prática na vida do claustro. Sendo então, a ordem de S.Bento mais definidora e com implicações do modo de vida no desenho arquitectónico, o modelo beneditino é um modelo mais pragmático.

Uma das mais características foi a Ordem de Cluny, ordem beneditina que surge cerca de 909. A sua regra rígida foi adoptada então por diversas abadias beneditinas que se consignaram à sua influência. No século XII o número de abadias filiadas a Cluny nos vários países europeus era já de um número bastante elevado.

As igrejas de grandes proporções, em que a nave tinha corredores abobadados duplos, dois transeptos, oriental e ocidental cada um com capelas em abside, o coro em abside, a entrada a ocidente que dava para o nártex ou vestíbulo, igreja flanqueada por duas torres após lanço de escadas. Todo este aumento nas dimensões, nas proporções dos elementos, espaços cada vez mais elaborados e o afastamento dos edifícios destinados à actividade agropecuária e artesanal, marca claramente esta ordem.

À medida que se foram formando novas ordens religiosas, em resposta a crises institucionais diversas, os monges foram também adoptando determinadas opções estéticas e pragmáticas que se traduziam no traçado das plantas dos diversos mosteiros, bem como na decoração e na concepção de espaços.

2.3.3. Cister

A história do monasticismo teve momentos alternados de decadência e de renascimento. Com o acréscimo da estima popular, os conventos começaram a apropriar-se de riquezas e, inevitavelmente, os hábitos de austeridade monástica começaram a degradar-se e a dar lugar à tentação do luxo e do materialismo. O ardor religioso foi esfriando e o rigor no cumprimento da regra diminuindo. A reforma destes abusos passou, muitas vezes, pela criação de novas ordens monásticas ou a reformação das antigas com regras mais rígidas, o que também tinha implicações na organização arquitectónica das abadias.

De acordo com Koch (1982, p.140):

> "Após o declínio da Reforma beneditina de Cluny, a ordem dos cistercienses, de fundação recente, sujeita-se a esta nova reforma monástica. (...) Politica e economicamente independentes, os cistercienses cultivam as terras incultas e adquirem grandes domínios. As igrejas são facilmente identificáveis, pois têm traçado e estilo de construção típicos. (...)"

A nova ordem que seguiu durante os últimos anos do século XI, faz parte da família dos beneditinos, seguindo a regra de São Bento mas de forma mais rigorosa. Pretendia reformar os costumes monásticos ao aplicar regras rígidas de auto-abnegação que depois foram adoptadas pelas igrejas e instituições que pelos seus esforços foram erigindo por toda a Europa. A característica determinante das abadias cistercienses consistia na sua extrema simplicidade, funcionalidade e austeridade arquitectónica. Apenas se permitia uma torre central, e de baixa estatura. Pináculos e torreões desnecessários passam a ser proibidos. As janelas simples, sem divisões e sem vitrais. Prescinda-se de qualquer ornamentação acessória. Tudo o que fosse exposto ao olhar deveria dar um testemunho de renúncia a qualquer vaidade mundana.

O mesmo espírito se manifesta na escolha dos locais onde os mosteiros eram erigidos. Quanto mais lúgubres e selvagens fossem as redondezas, mais estas se adequavam aos costumes austeros e rígidos dos monges. Os mosteiros cistercienses deveriam, por regra, ser

fundados em vales profundos bem providos de água. Tais locais, graças ao labor dos frades eram profundamente alterados, passando de locais inóspitos a lugares altamente produtivos a nível agrícola.

A igreja situa-se no ponto mais alto com o claustro a sul. A igreja adapta-se à rectangularidade global da composição com cabeceira recta (embora alguns casos esta seja redonda) com capelas no transepto. Há uma simplificação e clarificação da tipologia numa dialéctica entre funcionalidade e simbolismo.

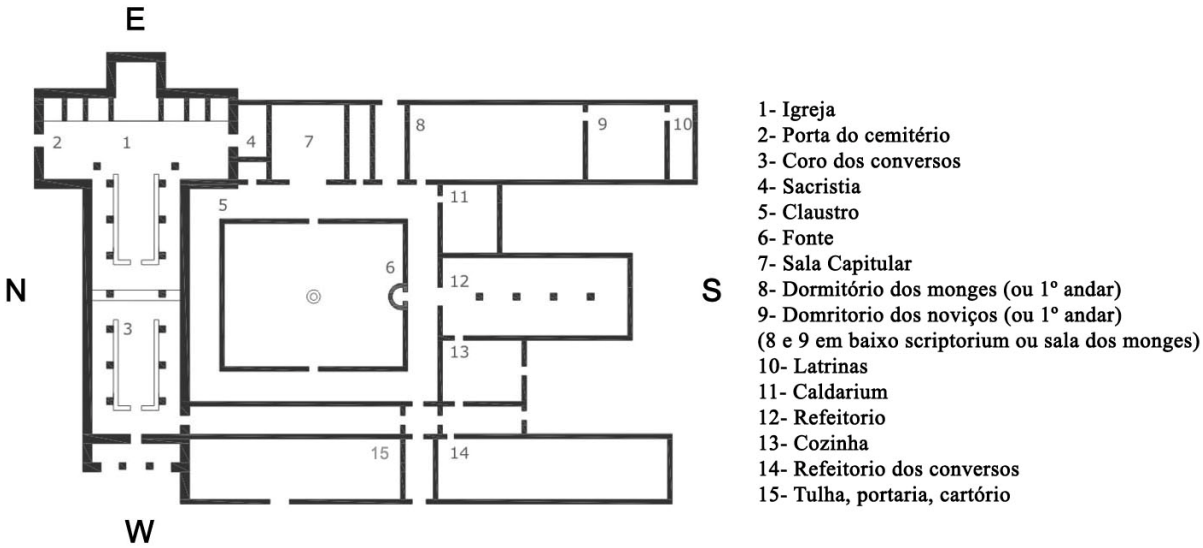

Ilustração 1 - Planta tipo cisterciense

Como podemos verificar pela planta apresentada acima, a distribuição espacial é funcional, compacta e simbólica. A divisão entre o corpo e a alma é claramente visível na separação entre as áreas ligadas à vida corporal (S) e as áreas ligadas à vida espiritual (N), às da comunidade (E) e as de relação com o exterior (W). A planta articula a vida e as obrigações distintas dos monges, noviços e conversos. As áreas frequentadas pelos conversos encontram-se mais a oeste, zona do conjunto conventual, mais próxima da vida terrestre e mundana. Até mesmo na distribuição espacial da igreja, verificamos a aplicação da simbologia associada à posição que cada elemento ocupa na vida conventual. Mais próximos da cabeceira ficam os monges e mais próximo da porta os conversos.

2.3.4. Ordens militares

De acordo com Azevedo (2001, p.334):

> É difícil compreender o aparecimento das ordens militares sem o situar no contexto das novas circunstâncias criadas na Europa Ocidental a partir do século XI. Intimamente ligado ao movimento das Cruzadas, tal aparecimento está directamente relacionado com a reforma eclesiástica e as novas realizações do monacato da altura, nomeadamente de Cister e os Clérigos Regulares. Além disso importa relacionar as ordens militares com as correntes que então propugnam uma estreita ligação entre as motivações de carácter religioso e as actividades guerreiras laicas.(...)É neste contexto que se fragua o que se considerar a característica mais significativa e original das ordens militares: a associação, num mesmo perfil e disciplina vital, de duas realidades perfeitamente diferenciadas (a do laico, expressa na dimensão militar, e a do religioso, manifesta na espiritualidade cristã que anima esta articulação).(...) Os membros das ordens militares são freires. Todos se comprometem com os mesmos votos de pobreza, obediência e castidade. À semelhança do que acontece nas ordens religiosas que lhes inspiram o enquadramento institucional, estes freires cavaleiros constituem o universo estruturante das ordens militares.(...).

Da mesma forma, o pragmatismo e simplicidade cistercienses encontram na arquitectura das Ordens militares uma nova expressão e desenvolvimento.

2.3.5. Ordens Mendicantes

A disposição dos edifícios conventuais nas Ordens Mendicantes, especialmente a Ordem Dominicana e a Franciscana, que encabeçam o movimento, seguem um modelo distinto, o que deriva também da sua vocação urbana, em contraste com os Beneditinos, que procuravam locais mais propícios ao isolamento. Estas ordens nasceram no século XIII ao mesmo tempo que o crescimento das cidades e vilas europeias.

Em 1216, em Toulouse, França, São Domingos de Gusmão fundou a Ordem dos Dominicanos que tem como objectivo a pregação da mensagem de Jesus Cristo e a conversão

ao cristianismo. Os dominicanos são um grupo de homens sábios, pobres e austeros, em que a ciência e a piedade são os seus traços essenciais. Pretendia-se que o trabalho manual fosse suprimido, o estudo prolongado, a oração litúrgica diminuída e os exercícios de penitência subordinados às exigências da pregação. São Domingos queria que seus discípulos fundassem casas nas principais cidades universitárias da Europa, a fim de atrair a juventude acadêmica para suas fileiras.

Em 1223, Francisco de Assis estabelece a sua Ordem, designada de franciscanos, uma ordem mendicante de monges amantes da natureza – os primeiros naturalistas medievais. Apesar do seu gosto pela natureza, tornam-se urbanos, adequam-se aos sistemas das cidades. Estes monges já não se enclausuram nas paredes dos seus mosteiros, antes saem para as ruas da urbe e, por consequência, já não mais se designam monges, mas frades, irmãos, e não mais os seus edifícios se chamam mosteiros, mas conventos. “A sua simplicidade é a expressão do voto de pobreza dos monges e do seu protesto contra a pompa das catedrais e das abadias”(Koch, 1982, p.151).

Os conventos ficavam situados, por regra, em povoações densas, adaptando os edifícios à malha urbana, o que por vezes implicava irregularidade nas plantas. As igrejas, pensadas para a recepção de multidões de ouvintes, diferem bastante das que são usuais em outras Ordens. Muitas vezes, limitam-se a uma planta em forma de um longo paralelogramo, não dividido por qualquer transepto. A nave consistia, em geral, de dois corpos semelhantes um dos quais seria ocupado pelos frades e o outro deixado inteiramente para a congregação. Por vezes, nem sequer se construía o coro, sendo a igreja não mais que uma estrutura ininterrupta, com uma fila contínua de janelas. A extremidade oriental era, geralmente, oblonga, existindo também alguns exemplos em que a abside é poligonal.

No início, as igrejas apresentavam-se destituídas de torres, mas nos séculos XIV e XV começaram-se a inserir torres altas e estreitas entre a nave e o coro. A disposição dos edifícios monásticos costuma, também, dar azo a características particulares nos diversos conventos, não havendo registos que permitam um conhecimento aprofundado de qualquer regularidade nas Ordens primitivas. O ideal estético dos Franciscanos tentava, de alguma forma, recorrer à simplicidade estrutural para transmitir a sua aspiração de bondade e beleza, concretizada em

espaços luminosos que ligassem a condição terrena do homem à sua aspiração a valores espirituais mais elevados.

A tradição beneditina de isolamento é rompida pelas ordens mendicantes que têm na cidade o suporte para as suas prédicas, a salvação das almas e a divulgação dos ensinamentos religiosos. Por se localizarem em áreas urbanizadas e por renunciarem à autarquia económica, desaparecem das estruturas conventuais os edifícios anexos, armazéns e oficinas, bem como, por não se dedicarem ao cultivo do campo, igualmente os grandes recintos de provisões.

2.4. Arquitectura cenobítica da Idade Média em Portugal

O carácter marginal desta faixa de território aquém Pirinéus modulou a influência das grandes reformas sócio-culturais que se iam dando no resto da Europa. A cronologia das influências das transformações e reformas que se iam dando no Grande Espaço da Europa Ocidental é específica neste território, resultando num quadro histórico próprio em que as contribuições da evolução da sociedade europeia medieval encaixavam em tempos diferenciados. Mas é a presença muçulmana que depois do domínio visigótico se estabelece na maior parte do território da Península Ibérica durante cinco séculos que determina a grande especificidade deste território, da sua arte, da sua estrutura político-administrativa e da sua estrutura social, da sua cultura.

Os primeiros esforços de povoamento e cristianização do actual território português são caracterizados pela Reconquista: pela afirmação político-administrativa e pela guerra, por um lado, e pela conquista da terra, tornando férteis os vastos campos que resultavam da fraca demografia e dispersão da população e finalmente pela evangelização que legitimava todo aquele esforço e o integrava na estrutura cristã da organização sócio-política da Europa Ocidental; em todos estes âmbitos, as instituições monásticas tiveram um papel fundamental.

As primeiras fundações monásticas de que há conhecimento no território português são visigóticas embora também provavelmente existido no Baixo Império Romano. Nesta

época, a importância da Igreja Hispânica domina toda a vida social e cultural. Uma primordial estruturação territorial, com base numa administração eclesiástica, desenha os traços fundamentais da rede monástica que determinará o desenho do futuro território português. Neste período conturbado e neste território, a fundação de mosteiros teve também um papel fundamental, cumprindo a tarefa do controlo territorial.

Uma nova reorganização religiosa, mas ao mesmo tempo administrativa, estende desde os finais do século XI a fundamental influência dos beneditinos de Cluny ao então território Portucalense: grandes mosteiros constituirão marcos da implantação e irradiação da sua influência. A influência dos modelos beneditinos, mas sobretudo Cluny, definiram as características dos grandes edifícios religiosos portugueses, templos de três naves e abside igualmente triplíce. Grandes igrejas monásticas com grossos pilares de colunas e meias colunas adoçadas, onde o percurso simbólico é determinado pelo direccionamento da visão, e que filtram a entrada de luz pelas estreitas frestas montando a mística penumbra onde se animam as múltiplas decorações que caracterizam o seu espaço litúrgico. Estas grandes igrejas representam a maior escala da implantação cluniacense no território português e a maior proximidade com a estrutura das grandiosas abadias francesas, mas a maior parte das igrejas do românico português seriam, porém mais modestas, à dimensão do país; de uma só nave e com menor sumptuosidade decorativa. O papel que nestas primeiras décadas do século XII os Cluniacenses tiveram na normalização da temática teológica e litúrgica do românico nacional é assim fundamental para a caracterização da herança construída da época no norte de Portugal.

Outra ordem monástica de fundamental importância no contexto português, a partir do século XII, é a ordem de Cister. As condições de vida a partir do século XII começaram, gradualmente, a melhorar; a população aumentava e as cidades conheciam um novo retorno; o desenvolvimento do saber medieval, o aumento das trocas e experiências do conhecimento desenvolviam uma curiosidade que ia para além da aceitação mística; a sociedade medieval mostrava os primeiros sinais de transformação. Neste quadro, o papel das instituições monásticas anunciava-se diferente; a interpretação magnificente de mística da divindade dos beneditinos já não se enquadra como alternativa ao martírio da vida terrena; a prosperidade poderia agora ser ansiada nas próprias coisas terrenas com o retomar do comércio e o arranque da economia; o carácter determinador do saber revelado por Deus era posto em

causa pelo novo interesse pela observação da natureza e pela experimentação que o contacto com as concepções aristotélicas trouxe ao medieval: uma sociedade que se alterava.

Foi a percepção do anúncio destas transformações que determinou a reforma de Cister, a reforma de princípios e de espaços para os seus mosteiros, o retomar de uma sobriedade e do despojo para não distrair do objectivo primordial, da evocação e glorificação de Deus pela oração; tratou-se de uma reacção aos excessos cada vez mais evidenciados pelo aumento de poder de Cluny.

O edifício cisterciense constrói-se assim na palavra, na letra, no saber enunciado na escrita; escreve-se no carácter ascético e no rigor do princípio litúrgico e de sagração divina. A forma que melhor caracteriza a singularidade dos mosteiros de Cister é a sua nudez, deixa-se ver humildemente nas pedras marcadas pelos canteiros, pela linha direita e pelo ângulo recto. Este rigor implicou a definição de uma série de novas técnicas construtivas para resolver da forma mais simples os problemas estruturais e de equilíbrio que a construção levantava. Fizeram-no com o arco quebrado, com o cruzamento em ogiva, aplicados nas abóbadas das salas capitulares e nos cruzeiros de transepto, de forma a obter os melhores resultados espaciais em termos de funcionamento; não procuraram elevar a nave e impelir verticalmente o espaço, porque querer erguer nos céus a obra do homem é um gesto de orgulho, a humildade reprime-o. Esta nudez é transportada para a negação da decoração, pois estas distraem a atenção do objectivo sagrado que é encontrar Deus nas escrituras, o espaço monástico serve não para o sonho, mas para a compreensão do texto, a primazia das palavras.

A melhoria das condições de vida das populações, para a qual contribuiu, nos mais diversos âmbitos, a organização monástica, implicou transformações de ordem social, económica e cultural que determinaram alterações significativas da estrutura da sociedade. Com este cenário, o edifício monástico transforma-se e conforma-se no meio urbano, alterando de forma profunda as suas regras, mas sem negar o espírito comunitário cristão que caracteriza a instituição, nem o seu edifício sagrado, o mosteiro.

Também fortemente ligado à Reconquista está o aparecimento e difusão das ordens militares. Á medida que esta avançou, os reis portugueses foram dando extensas áreas do

território conquistado, às ordens militares e nobreza. Procuravam deste modo garantir mais facilmente a defesa do território, povoá-lo e desenvolvê-lo.

> Em Portugal, as ordens militares – cuja implantação, em termos gerais, se pode situar ao longo do meio século XII – desde muito cedo adquirem uma significativa importância. Mas, entretanto, com a conquista definitiva do Algarve, em meados do século XIII, a actividade militar deixa de constituir a sua função principal. É certo que as ordens continuam assegurar a manutenção dos castelos e praças fortes que lhes foram doados, muitos deles situados em zonas de fronteira, mas compreende-se facilmente que a importância da guerra diminuía progressivamente. Cada vez mais, as ordens militares apresentam-se e comportam-se como elementos estruturantes de grupos sociológicos com significado e relevo crescente na sociedade portuguesa, movimentando-se na perseguição e defesa de interesses determinados, muitas vezes em consonância com estratégias políticas e económicas bem definidas.

E, na nova sociedade urbana, serão as Ordens mendicantes a florescer e definir o modelo cenobítico (e religioso em geral) do nosso gótico, a partir dos modelos cistercienses e das ordens militares.

III. Convento de São Francisco do Monte

3.1. Ordem Franciscana

De acordo com Padre Miguel Oliveira (1950, p.106) “No princípio do século XIII deu-se uma verdadeira revolução na vida religiosa com o aparecimento das Ordens mendicantes.” Estas ordens mendicantes vivem de doações obtidas pela pregação, praticam a fraternidade, daí chamarem-se frades ou irmãos, adoptam a fidelidade à pobreza evangélica, tendo uma actividade apostólica itinerante, no serviço da palavra e dos irmãos. Nesta ordem mendicante verificamos duas tendências, o conventualismo e a claustra ou observância.

Os Franciscanos estabeleceram-se em Portugal em 1217, por intermédio de alguns frades enviados de Itália, e “A transladação das suas relíquias para Portugal, os milagres obtidos por sua intercessão, a profissão de Santo António e o renome por ele alcançado contribuíram para a expansão da Ordem.”, como descreve Padre Miguel Oliveira (1950, p.106). No mesmo ano, os dominicanos chegam a Portugal sendo Fr. Soeiro Gomes um dos principais companheiros de São Domingos Gusmão. Entretanto em meados do século XIV defrontam-se duas tendências na ordem, o conventualismo e a observância. Segundo Azevedo (2000, p.274):

> Os conventos de Claustra eram normalmente desenhados com amplidão, privilegiando a disciplina regular da vida comum de estilo monástico, praticavam a regra com dispensas pontifícias, em matéria de pobreza, estavam geralmente localizados em centros urbanos e bastantes mantinham escolas públicas. Em geral, era este o perfil dos conventos portugueses em meados do século XIV. A vida quotidiana, marcada pela regularidade dos ofícios litúrgicos e das lições escolares, assumira um ritmo quase monacal, diferente da itinerância e da espontaneidade das primeiras gerações franciscanas.

Por outro lado os franciscanos observantes caracterizavam-se, conforme descreve Azevedo (2000, p.274) por: ”(...)observância integral da regra, praticavam a austeridade e a pobreza na simplicidade dos edifícios e no passadio quotidiano, privilegiavam a oração mental e a pregação popular e localizaram-se geralmente em sítios ermos ou em meios rurais.”

O movimento da observância chega a Portugal em 1392 com Frei Diogo Arias, Frei Gonçalo Marinho e outros Frades da Província de Santiago. Segundo escreve Berriel "(...) três religiosos da Galiza, Fr. Diogo Árias, Fr. Gonçalo Marinho e Fr. Pedro Dias juntaram-se a mais três, Fr. Afonso Saco, Fr. Pedro de Alemancos e Fr. Garcia Montãos, (…)". Apesar de a fontes entre si diferenciarem, no sentido em que algumas omitem os três últimos nomes, são unânimes nos três primeiros nomes mencionados.

Neste mesmo ano foram abertos cinco eremitérios no Norte, entre os quais, quatro na zona de Entre Minho e Lima. No século XV foram fundados mais de uma dezena de conventos observantes no país.(Azevedo, 2000, p.274). A sua forte e rápida expansão revelam que esta Ordem possuía características diferentes, que Berriel (2004) define:

> A receptividade dos mendicantes indicava um evidente avanço de tais ordens. Sua nova forma de pregação atraía a população, condizia com o contexto da época. Serviam, portanto, melhor do que quaisquer outros, uma época de aflição, de perturbação e de confusão. Sua influência chegava até aos mais altos grupos da hierarquia social, como os principais membros da nobreza e a família real. (...) A própria organização franciscana diferenciava-se da de outras ordens mais antigas. Cada convento pertencia a uma organização internacional estruturada em províncias. Inicialmente, os franciscanos portugueses faziam parte de um amplo espaço que correspondia à província de Santiago. A criação da província de Portugal só veio a ocorrer em 1384.

3.2. O Convento de São Francisco do Monte

3.2.1. Valor Histórico

Segundo as palavras de Francisco Fernandes (1990, p.66) o Convento de São Francisco do Monte:

> Situa-se na raiz meridional do Monte de Santa Luzia, num recôncavo solitário da encosta nascente, depois de percorrer o antigo caminho rústico de Abelheira e algumas dezenas de metros por calçada íngreme, de lajeado. É o mais antigo convento de Viana e o terceiro da

> Ordem (da Observante Regra Seráfica) em Portugal, fundado em 1392 por D. Gonçalo Marinho, legado do Papa e cavaleiro galego da Casa Condal de Altamira (Espanha).

Designado de Santo António da Figueyra, de Nossa Senhora de Mosteiro, de S. Francisco de Vianna e de Mirtolo ou Mirtili, o Convento de S. Francisco do Monte foi erguido em Julho de 1392. Aqui viveu o seu fundador, Frei Gonçalo Marinho, e morreu a 14 de Abril de 1400.

O conjunto conventual encontra-se delimitado por uma cerca (ver anexos, pág.76 Ilustração 13), designada cerca de S. Francisco. A sua localização bem distante do centro cívico da cidade (ver anexos, pág.76 Ilustração 13), mas ao mesmo tempo tão perto, num monte de topografia muito própria, num espaço bucólico rodeado de verdura e tranquilidade, só foi possível, como refere Abreu (1985, p. 153):

> "(…) na vertente Leste da Serra de Santa Luzia à altitude dos 130 m, o local deste convento foi propiciado pela existência de uma rechã (degrau), onde é nítida uma ruptura do declive (…). Esta peculiaridade topográfica permitiu ainda a formação de uma pequena área de exploração agrícola a Norte e Leste do conjunto das edificações e que funcionou como suporte económico da comunidade."

Em 1554, realiza-se a primeira reforma do edifício. Este era até então de um só piso, e as suas reduzidas dimensões obrigavam a uma ampliação. Uma reforma financiada pelo fidalgo Gonçalo Pereira Vilas Boas alterou o edificado quer ao nível vertical, quer horizontal. De acordo com Jesus Maria José (cit. in Abreu 1985): (ver anexos, pág.82, Ilustração 21)

> (...) se fizerão as colunas do claustro, e varandas, […] que excepto a igreja, sacristia, capítulo, e portaria o mais se reformou tudo de novo, e se levantou mais o dormitório, que até então era térreo, porém este ficou servindo; e a causa de se levantar seria para se fazerem por cima do antigo mais celas, por serem poucas as que havia para os religiosos aqui moradores.

Conforme Abreu (1985, p.156) argumenta: “Das reconstruções do século XVI, existiam à vista alguns túmulos datados, a porta de acesso do claustro à zona da sacristia, dois confessionários situados ao fundo da igreja e a porta de acesso da cozinha à copa.”.

Estes franciscanos eram muito pobres e tinham grandes dificuldades em subsistir, como tal, D.Sebastião diligenciou, em 1568, junto da Câmara de Viana, para que esta os ajudasse. Esta ajuda foi possível até 1625, altura em que os franciscanos se mudaram para o então novo Convento dos Capuchos, construído em 1612.

Mais tarde, em 1590, deu-se a construção do coro alto, que antes era na capela-mor, e dois altares laterais. Com o contínuo aumento da população religiosa habitante deste convento, bem como daqueles que por lá passavam, a degradação do edificado era visível, e a sua reconstrução urgente. Como tal, em 1736, segundo Abreu (1985, p. 155) “(…)o corpo da igreja, por se apresentar muito arruinado, teve de ser reedificado (…)”. A igreja é reedificada, constrói-se um novo corpo a ocidente do pátio de entrada, o arco triunfal e o portal da entrada.

Mas as grandes obras no convento são feitas, quando este recebe o seu primeiro padroeiro, Sebastião Pinto Rubim Soto-Maior, da família da Quinta de Val de Flores na Meadela, fidalgo da Casa Real e coronel de Infantaria do Regimento. É então entre 1751 e 1759 que todo o conjunto conventual é reedificado. Esta é a intervenção final, e, com a extinção das ordens religiosas em 1834, é vendido a particulares no mesmo ano, mais precisamente aos Abreus Lima. Em 1966 com a saída dos últimos caseiros o convento começa um processo acelerado de degradação.

O Convento de São Francisco, segundo crónicas e uma inscrição que poderá ter existido na parede do claustro, terá sido o primeiro de Viana do Castelo (Boaventura, 1988, p.154). Pedro Morais (1995, p.218) afirma mesmo que: “(...) Convento de S.Francisco do Monte, terceiro convento da Ordem da Observante Regra Seráfica (...)”. Já um outro texto de Fernandes (1990, p.66) afirma que “É o mais antigo convento de Viana e o terceiro da Ordem (da Observante Regra Seráfica) em Portugal (...)”. Este ao ser o primeiro convento da ordem na cidade, e vivendo estes frades de esmolas e das produções agrícolas em redor do convento

para subsistência própria, as constantes ajudas por parte dos vianenses e pela Câmara, Fernandes (1990, p.66):

> (...) a assistência espiritual dos eremitas aos vianenses, generaliza-se: do mosteiro às igrejas da vila, os franciscanos transformam-se em verdadeiros faróis a iluminar ou guiar a inteligência dos homens para elevação de ideais supremos, como a Humildade, à interpretação franciscana do Evangelho.

O convento é, portanto, uma matriz da expansão da ordem franciscana no território nacional. Uma peça para a compreensão do desenvolvimento da arquitectura portuguesa e da formação e desenvolvimento da expansão franciscana em Portugal. Sendo ele o primeiro na cidade de Viana e o terceiro em Portugal desta ordem, é sem dúvida, representativo desta nova expansão que se observa quer ao nível nacional, quer ao nível local.

3.2.2. Valor Social

O valor social que o convento de São Francisco possuiu está intimamente ligado ao carácter religioso, pois desde sempre este lugar foi venerado. Durante anos, numerosos devotos e curiosos deslocaram-se ao convento para prestarem devoção aos vários santos que lá existiam. Outros procuravam no local, paz e sossego, um passeio diferente, e houvesse até mesmo quem visse nos terrenos que o circundam, bom lugar para um piquenique. Contudo, foi a devoção aos santos que manteve muitas velas acesas e flores e criou hábitos colectivos e tradições.

Eram no total quinze capelinhas, quatro delas dentro do convento e as restantes onze na mata que o rodeia. No recinto de entrada do convento à esquerda o oratório de Santa Madalena, que é também denominada de Virgem ou Senhora da Boa-Morte. Logo a seguir um destinado a S. Pedro de Alcântara. Mesmo em frente fica o Senhor da Prisão ou S.

António. Por fim, a ocidente do terreiro dentro da casa que foi mandada fazer por Sebastião Pinto Rubins Sotto Maior, um nicho dedicado a Senhor dos Passos. (ver anexos, pág.80, Ilustração 19)

Dispersas ao longo da velha calçada que acede ao convento ou junto da nascente que abastecia todo o convento estão diversas capelinhas de devoção ao Santo António, Nossa Senhora da Conceição, Arcanjo São Miguel, São João Baptista, São Pedro e a capela do sepulcro ao Senhor Morto. Pelo caminho da via-sacra existiam pequenos nichos com imagens de Santa Madalena, do presépio e do Senhor com a cana na mão. Junto ao calvário existia São Jerónimo, com um leão aos pés, penitenciando-se com uma bola na mão a bater no peito e à sua frente, tinha um crucifixo para onde estava a olhar. Um pouco mais à frente, "(...)subindo por uma rua com vários degraus de pedra, estava a capelinha das chagas de Nosso Padre com o seu companheiro Fr. Mateo, dormindo.", segundo Morais (1995, p.221).



Ilustração 2 - Oratórios de Santa Madalena; S. Pedro de Alcântara e Senhor da Prisão

Em tempos, já aqui se realizaram verdadeiros festejos em honra do Senhor dos Passos, "(...)não faltando música regimental e arraial com arrematação de ofertas dos inúmeros devotos.". Fernandes (1990, p.67)

A apanha do azevinho era outro ritual realizado no local. A este só podiam ir donzelas, como tal as idades eram compreendidas entre os 7 e os 12 anos. Estas apanhavam o azevinho enquanto cantavam. No final do último verso, enchiam a boca com vinho verde carrascão e borrifavam o azevinho. Este era depois colocado nos barcos antes de partirem para o mar. (Morais, 1995, p.226).

Nos dias de hoje, os actos de devoção a este local são praticamente inexistentes. As imagens dos santos já não existem. As que ainda lá se encontram estão destruídas. E apesar de todo o conjunto monástico estar agora mais próximo da cidade, pois esta cresceu, devido aos actos de vandalismo, e uso do local para actividades ilícitas, causam a insegurança de quem deseja lá ir. E claro, o seu estado iminente de ruína, é um perigo para quem o visita. Mas os valores sociais aqui associados são tradições. Estas influenciam uma comunidade. São os valores sociais que fortalecem ligações, e que mesmo sem a completa recuperação do espaço, podem voltar a existir. Mais que a recolocação das estátuas, a reconstrução do convento, é o local que acolhe estes valores que unificam as pessoas. Mesmo despido como hoje se encontra, é ainda procurado, as pessoas ainda se identificam com o espaço, pela sua localização e o seu misticismo. Abrir este espaço à comunidade vianense será reacender as velhas tradições e até mesmo a criação de novos hábitos. As velhas caminhadas domingueiras até ao convento, os piqueniques em família, as caminhadas em oração até convento, a devoção aos santos que mesmo sem lá estarem não foram esquecidos e atribuem identidade ao local.

3.2.3. Valor Paisagístico

Contudo, o valor e importância que o convento detém não provêm só do seu carácter religioso. Todo o espaço que o envolve, o caminho de acesso, ou seja, todo o carácter que existe em seu redor, transforma as suas ruínas em espaços ricos, transmitindo o calor de outros tempos, evidenciando a história que ali já se fez. Vou citar algumas passagens de Flávio Gonçalves (1959) que demonstram esse carácter mais empírico:

> Uma velha calçada, que começa no portão de cerca, conduz o visitante até ao convento, por entre sombras e troncos seculares. Não se podia encontrar, nos contrafortes da Serra de Arga, um lugar mais propícios à meditação. Rodeado de pinhais e de fontes, afastado do mundo, de silêncios quebrados apenas pelas águas e pelos pássaros, o cenóbio alcandora-se no alto duma colina, num refúgio bucólico. À sua entrada ergue-se um pórtico setecentista, grandioso e altaneiro (...). Segue-se um pequeno terreiro, para o qual abre a porta do convento, logo prolongada pelas paredes da igreja. (...) Muros ulcerados e ervas daninhas, fragmentos de telhas e pedras soltas (...). No entanto, franqueada a porta do convento – com as armas da Ordem de S. Francisco sobre o arco abatido – e patentes as ruínas do interior da igreja, e emoção vence o mais prevenido. Do templo do século XVIII somente existem as paredes, nuas e esqueléticas. Altares, imagens, vidros de janelas, soalho, tectos e telhados, tudo desapareceu! Do coro alto, ao fundo, ainda se atravessam duas traves atravessadas, muito carcomidas, verdes de musgo, prestes a tombarem também. Na nave as ervas sobem a alturas maiores que um homem, crescem figueiras bravas, emaranham-se silvedos, desenvolvem-se manchas de hera... (...) Outrora, a igreja ostentava, na sua única nave, belos altares de talha setecentista. Ainda se vêem nas paredes os desvãos de dois dos altares, com restos de frescos (...). Aquilo, porém, que mais fere é o espectáculo da capela-mor. Mobilava-a um magnífico retábulo dos fins do século XVII, de talha excelente e boas esculturas, com uma tribuna ao centro. Caído o tecto, que era de caixotões apainelados, a abside ficou, como todo o templo, aberta às intempéries. O vento e a chuva dos Invernos depressa fizeram apodrecer e desmoronar o precioso trabalho de talha e tiraram-lhe a pintura doirada. (...) Entretanto, rolaram até ao solo pedaços da composição, que jazem, no meio das urtigas, como verdadeiros símbolos... (...) Idêntico estado de abandono se verifica nas outras dependências do mosteiro de S. Francisco do Monte. (...)

De forma poética Flávio Gonçalves descreve o convento. Quando o visitamos é com esta mesma poesia que olhamos cada canto, cada pedaço que nos conta um pouco da sua história. Todo este cenário resulta da solução de integração arquitectónica em ambiente natural extremamente complexo. Sem dúvida, que todo o cenário que se cria em torno deste convento, deste os locais de acesso à sua implantação, formam um ambiente místico e que desperta interesse. (ver anexos, pág.77, Ilustração 15)

3.2.4. Valor Arquitectónico

O convento de São Francisco construído em 1392 foi alvo de sucessivas remodelações e ampliações. Apesar da sua contínua degradação alguns elementos referentes aos diferentes períodos mantêm-se, documentando assim as sucessivas fases. Para uma melhor percepção e abordagem dos diversos elementos das diferentes fases, iremos separá-los por épocas, apresentando para cada um, uma sucinta descrição.

Do período medieval, a sua fase de construção, estão ainda visíveis uma fresta gótica, um arcossólio e algumas siglas. Em algumas das referências bibliográficas são mencionados também, como elementos deste período, cachorrada borgonhesa existente na capela-mor, assim como a própria capela-mor. Da cachorrada borgonhesa não se encontraram quaisquer registos fotográficos, nem a sua existência no conjunto monástico.

O "(...)arcossólio de arco quebrado de vão sensivelmente igual à flecha e parcialmente chanfrado." segundo Boaventura (1985, p.156).



Ilustração 3 - Fresta gótica



Ilustração 4 – Arcossólio





Ilustração 5 - Siglas medievais

O cruzeiro gótico localizado no terreiro do convento, considerado imóvel de interesse público, Dec. Nº 37 801, DG 78 de 02 Maio 1950, devido à queda de um eucalipto não existe

mais. Embora um outro cruzeiro com cruz de feição barroca, localizado no caminho de acesso ao convento, um pouco antes da portaria, segundo a DGEMN, é semelhante ao já destruído. Como tal, as imagens e descrição serão referentes ao elemento ainda existente. Segundo a descrição da DGEMN (PT011609310012) "Sobre soco constituído por quatro degraus quadrangulares escalonados, ergue-se cruzeiro de coluna facetada, rematado por esfera achatada por cruz latina, de hastes em flor-de-lis, no cruzamento das quais surgia esculpido em latim a abreviatura do nome Jesus." No fuste deste cruzeiro existe um símbolo, que julgo, tratar-se de uma estilização da cruz céltica. (ver anexos, pág.78, Ilustração 16)

Da sua segunda fase, esta já de ampliação (século XVI), realizada pelo fidalgo Gonçalo Pereira Vilas Boas temos o claustro, alguns túmulos, a porta de acesso do claustro à sacristia, dois confessionários, a porta de acesso da cozinha à copa e o acrescento de mais um piso a todo o conjunto conventual.

O claustro é rectangular de quatro alas ligeiramente enviesadas e dois pisos. De acordo com a descrição apresentada pela DGEMN (PT011609310047) para o convento, o claustro apresenta: "(...)4 tramos no piso inferior, piso superior inexistente, assentava em travejamento, suportado pela parede N. da igreja e por arquitrave sobre pilares jónicos de secção quadrada com acesso por porta de arco pleno sobre pilares, (...)"



Ilustração 6 – Fotografias do claustro, porta de acesso à sacristia e porta de acesso da cozinha à copa.

Em relação aos túmulos, segundo relato de Morais (1995, p. 222):

> "Nas lajes de sepulturas do claustro, a maioria hoje imperceptíveis, estavam inscritos os nomes de Frei Gonçalo marinho, Francisco Pereira do Lago, com armas de flor de liz coroada com uma águia; David António Velho Peixoto, com armas de 3 peixes coroada por uma ave com um peixe no bico; João do Rego, com armas de 3 flores de liz; João Pereira; Fr. Melchior dos Reis, o Descalço; Fr. Manuel d'Annunciação; Fr. Marcos de Lisboa; Fr. José de Santa Maria; e muitos outros.".



Ilustração 7 - Fotografias dos túmulos existentes no claustro

Boaventura (1985, p. 156) relata ainda que existiam "(...)duas sepulturas sob o arco triunfal: uma de Gonçalo Lobo Barreto e sua mulher Isabel de Azevedo e outra de Gaspar Maciel.".



Ilustração 8 - Pormenor da porta de acesso à sacristia

Relativamente aos dois confessionários existentes no fundo da igreja não existe qualquer informação ou imagens disponíveis. A porta de acesso da cozinha à copa, de verga recta é bastante simples como podemos verificar pela ilustração 6, porém a densa vegetação que já a envolve não permite uma melhor visualização. É desta segunda intervenção o segundo piso, onde se localizam os dormitórios. Este, cima do claustro, distribuiu-se em torno deste. Como já não existe, apenas algumas fotos antigas revelam a sua existência.



Ilustração 9 - Fotografias antigas do espaço claustral

Em 1590 dá-se a terceira fase de intervenção no convento. Nesta, apenas a igreja é remodelada. Constrói-se o coro alto com acesso pelo segundo piso do claustro e os altares laterais.

Os altares são em arco pleno que em tempos foram de talha seiscentista. Ainda se vêem nas paredes os restos dos frescos que serviam de fundo às imagens. (Ilustração 10)

No século XVIII, mais precisamente em 1736 sob o financiamento de Pinto Rubins Sotto Maior, toda a igreja é reedificada, sendo construídos de raiz o edifício a ocidente do pátio de entrada, o arco triunfal e o portal da entrada.



Ilustração 10 – Altares laterais

A igreja como hoje a conhecemos resultou desta intervenção. (ver anexos, pág.81 Ilustração 20) Segundo descrição da DGEMN (PT011609310047):

> Igreja de planta longitudinal, composta por nave e capela-mor rectangulares, diferenciadas em alçado, com o lado N. adossado ao conjunto conventual de planta composta, organizado em torno do claustro quadrangular. (...) Fachada principal da igreja virada a S. com 2 janelas na nave e 3 na capela-mor, de verga recta, portal no topo O. da frontaria, definido por pilares e arquitrave que suportam um frontão triangular aberto. (...) No interior, duas capelas colaterais de arco pleno para colocação de altar; no lado do Evangelho porta rectangular de acesso ao claustro e púlpito quadrado sobre mísula. (...) Arco triunfal pleno assente sobre pilares adossados, encimado por mísulas para colação de imagens. Capela-mor em cantaria; do lado do Evangelho antiga porta em arco quebrado entaipada e porta rectangular de acesso à sacristia e parte conventual; no lado da Epístola arcossólio quebrado com arca tumular. Torre sineira adossada a N. da fachada O., de planta quadrangular, com 3 ventanas de arco pleno, coroada por corucheú de secção circular. (...)

No relato de Fernandes (1990, p.68): (ver anexos, pág.81, Ilustração 20)

> O interior sobressai pela sobriedade do Neoclassicismo, sobretudo a obra de talha (quatro retábulos, púlpitos e sanefas), constituindo, a sanefa do arco-cruzeiro, repositório elucidativo da

gramática decorativa daquele estilo revivalista. O retábulo da capela-mor, dos finais de Setecentos, singulariza-se das restantes produções pela policromia em fingimento de pedra ou mármore, de tons verde e vermelho, típico do Rococó em fase adiantada; mas se há motivos «rocaille» (solução do remate incluída, com fragmentos de arcos) também avultam elementos clássicos (volutas estilizadas, superfícies rectilíneas, colunas de fuste direito e liso (à excepção do terço inferior, canelado).

O arco triunfal da capela-mor ainda hoje revela pinturas a fresco nas suas pilastras, "(...) motivos barrocos, policromados, dispostos repetidamente nas três faces arquitectónicas." descrito por Gonçalves (1990, p.138).



Ilustração 11 - Arco triunfal

De acordo com a descrição da DGEMN, o edifício construído a Oeste do conjunto monástico, que antecede a entrada para a igreja trata-se de: (ver anexos, pág.80, Ilustração 19)

> (...)uma construção porticada de planta rectangular, de 2 pisos, transversal ao corpo da igreja e adossada a O do frontispício. A frontaria deste edifício apresenta 3 arcos abatidos sobre pilares que dão acesso à área porticada, sobrepujados por um escudo central e 2 janelas laterais de verga abatida.

Nas palavras de Fernandes (1990, p.68):

> Admire-se a elegante e grandiosa pedra de armas, com coronel de nobreza e ornatos rococó (concheados estilizados em voga na 2ª metade de Setecentos) a emoldorar o escudo dos ROBY (RUBIN) e cartela legendada. No piso térreo desta casa, que chegou a servir de «hospedaria» no local, venera-se um nicho o Senhor dos Passos.



Ilustração 12 - Escudo existente no corpo a ocidente construído pelos Sotto Maior

O grande pórtico da entrada de estilo clássico é encimado por três Santos da Ordem: S. Francisco ao centro, S. António à sua direita e S. Pedro de Alcântara à sua esquerda. Este é em cantaria de arco pleno e colunas dóricas laterais, sobrepujado por frontão de volutas. (ver anexos, pág.79, Ilustração 17)

"Convento de arquitectura religiosa gótica, renascentista e barroca. Um convento franciscano organizado em torno do claustro renascentista com igreja de planta longitudinal a sul, barroca, mas com capela-mor de origem gótica. Pátio de entrada com edifícios barrocos." conforme é descrito pela DGEMN.

Como se pode verificar pela informação acima apresentada, o convento de São Francisco do Monte segue o percurso típico da arquitectura portuguesa. Uma sobreposição de fases que se revelam nos diferentes elementos, originando espaços de complexa interpretação e localização no tempo. De certa forma, ele não possuiu elementos únicos referentes a uma fase que façam dele um exemplo único da arquitectura franciscana em Portugal (por exemplo o belo desenho do claustro jónico). Mas a harmonia entre as diferentes fases de intervenção, bem como a existência de alguns elementos referentes a cada época, assim como o próprio edificado, formam um conjunto arquitectónico de relevante estudo no contexto da arquitectura franciscana portuguesa e em Viana. A implantação deste convento num local ermo e distante, absorvido pela natureza, revela uma das principais características dos conventos franciscanos observantes.

Conclusão

O património é o legado que herdamos do passado e transmitimos a gerações futuras. Contudo, nem todos os vestígios do passado são património. Como tal, através de uma selecção consciente filtram-se os elementos. Mas esta noção de património surge apenas quando um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos. Ao conceito de património está-lhe associada a ideia de posse, que nos transmite que estamos perante algo de valor. Esta definição de valor é um conceito relativo. Trata-se do valor que se atribuiu, individual ou socialmente, ao material do passado, de uma dada circunstância histórica e conforme o quadro de referência da época. Portanto, o valor de um elemento patrimonial varia consoante as pessoas, a moda, critérios de gosto e figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época. Logo, o conceito património é uma idealização construída mediante o pensamento de uma época.

Desta forma, o que designamos de património ou não, depende do que para um determinado colectivo humano, num determinado tempo, considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. E desta forma, a este conceito associa-se-lhe a identidade. O património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Esta necessidade de identificação com um passado, uma história que o humano sente, materializa-se nos símbolos. Os símbolos, como veículo privilegiado de transmissão cultural, testemunho de uma história e afirmação de veracidade do passado, representa a memória de algo que não vivemos mas que nos preenche, que nos pertence. Um conjunto de elementos patrimoniais constrói a identidade. O homem, por sua vez, encontra a sua identidade cultural quando se sente dono desse património.

É devido a esta evolução, esta mutação do património que este conceito evoluiu. Uma evolução enquanto enquadrado num tempo e história. Mais que definir quando este foi pela primeira utilizado, torna-se mais relevante perceber que nem sempre foi julgado da mesma forma. É no modo como o património edificado tem sido visto ao longo dos tempos, que mais nos apercebemos desta evolução, transformação de pensamento. Mais que um mero edifício que cumpre uma função, o património edificado fora em tempos visto como elemento único. Como tal, este tinha valor enquanto objecto destacado da envolvente. Pretendia-se então

conservar apenas o edifício e arrasar tudo à sua volta que apenas servia como obstáculo à sua contemplação. Nos dias de hoje, e não há muito tempo, que um edifício com valor patrimonial tem o seu próprio valor, mas também, enquanto elemento inserido numa malha. A sua envolvente passa a fazer parte da história que ele representa.

Mas a forma como a sociedade actual se relaciona com o passado está intimamente ligada à rápida evolução que esta tem sofrido. Este crescimento repentino das cidades e consequentemente das sociedades, as evoluções tecnológicas, científicas e culturais, criaram um quadro de ruptura, de desordem, de ausência de valores, de símbolos e identificação. O homem, como qualquer outro ser vivo, perante um crescimento muito acelerado tende a perder valores. Como tal, hoje temos uma sociedade que reclama uma explosão nostálgica à recuperação do passado. Caracterizada pela sua intensa necessidade de criar laços, de possuir algo a que se agarrar, de possuir elementos que demonstrem uma história e afirmem os seus valores, que revelem uma identidade e os destaque dos demais.

A existência de um património implica uma perpetuação ao longo dos tempos. Consequentemente esta implica uma conservação. O património arquitectónico, que integra monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios, possuiu uma diversidade de tipos de intervenção. Para que a cada elemento patrimonial possa ser executada uma conservação adequada ao seu estado e aos objectivos traçados, é necessário um estudo e análise ao seu estado físico. Contudo, uma intervenção depende também do valor ou valores que fazem dele património. E daí, o estudo dos seus valores históricos, arquitectónicos, sociais e paisagísticos e o peso que cada um deles possuiu, são fundamentais para a escolha do tipo de intervenção bem como dos objectivos a traçar.

O património ganha aqui uma imposição legal. É necessário traçar limites e definições, procurando englobar todas as particularidades culturais que diversos elementos possam assumir. É neste contexto que tanto as cartas internacionais, como a Carta de Veneza, a Convenção de Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, como a legislação nacional tomam grande importância neste processo decisório. No entanto são dois dos principais organismos em Portugal, o Instituto Português do Património Arquitectónico e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que estudam, analisam os elementos a

classificar. De forma exaustiva analisam toda a componente histórica e social, descrevendo e identificando as características arquitectónicas dos elementos em análise.

A arquitectura é algo mais que um edifício com uma função. Este caracteriza locais, forma cidades, cria espaços. É a manifestação material com mais duração e que acumula características de diferentes épocas. Nela percebemos uma época e a sua evolução. Trata-se de um elemento patrimonial que carrega diferentes valores. Valores práticos, se este cumpre uma função; valores técnicos, a forma como este é executado; valores estéticos, elementos decorativos caracterizadores de um pensamento, valores espirituais, qualidades que se dirigem à nossa sensibilidade e valores culturais, associados à identidade de um determinado grupo, num determinado espaço de tempo. Estes valores reflectem modos de vida numa dada época temporal. Mas a arquitectura destaca-se dos demais elementos pela sua monumentalidade e exposição. Projecta-se de forma grandiosa para o exterior e mesmo que não possamos entrar para a visitar no interior, estamos sempre em contacto com ela.

No contexto do património na sua vertente arquitectónica o convento de S. Francisco do Monte em Viana do Castelo revela mais um dos seus valores. Trata-se do primeiro convento da ordem franciscana em Viana do Castelo e o terceiro em Portugal. Construído em 1392 e carregado de sucessivas fases de intervenção, carrega elementos arquitectónicos de diversas épocas e sumariza a evolução da arquitectura cenobítica. Mas é no seu carácter social e paisagístico que este mais se destaca. O espaço bucólico em seu redor, carregado de misticismo, a sua integração numa paisagem tão natural, revela que o objectivo da construção de um convento isolado e afastado do meio urbano, integrado na natureza como local de recolhimento foi alcançado. Apesar de arquitectónicamente não se tratar de um elemento único, a harmonia da sobreposição das fases, e no facto de este se relacionar tão intensamente com a envolvente, é que reside o seu ponto mais forte de impacto, e de singularidade. A sua componente social, intimamente relacionada à religião, marcada pelas caminhadas e romarias efectuadas no local, marcaram o povo vianense. Desde as peregrinações pelas diversas capelinhas existentes até ao convento, os rituais de apanha do azevinho para abençoar as embarcações, a devoção ao Senhor dos Passos e Santa Madalena entre outros santos, bem com a procura deste local para passeios e momentos de lazer, fazem parte da história vianense.

É nesta combinação entre edificado, natureza e tradição, que constitui um espaço característico, notável pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, que fazem do convento de São Francisco um sítio, segundo a definição da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, que considera como património arquitectónico, para além dos sítios, os monumentos e os conjuntos arquitectónicos.

A arquitectura do convento pode ser definida de diferentes formas. Enquanto edifício representativo de três fases de construção distintas, bem como de uma arquitectura cenobítica, feita segundo um pensamento e carregado de simbologia referente às épocas que atravessou, podemos dizer que este possuiu uma definição cultural, psicológica e simbolista de arquitectura. De forma directa, a sua construção revela a vertente técnica da arquitectura, de um determinado período. Como se concluiu da história que resumi na arquitectura de São Francisco, podem-se ler influências que vão de Cister à arquitectura mendicante. Desta forma, a sua arquitectura revela uma definição linguística que define um tempo e um espaço.

Depois de estudado e analisado o convento e conhecidas as diversas formas de protecção/salvaguarda e de intervenção, podemos verificar que os diferentes métodos se enquadram conforme os objectivos e os valores a manter. A protecção/salvaguarda é algo que já deveria ter sido feito há muito tempo, para que o estado de degradação não alcançasse tais proporções. Desta forma, deveria ter sido feita a manutenção e conservação/preservação, pois são intervenções que consistem na prevenção de danos e no retardamento do processo de degradação, sem contudo modificar o que existe. Sem aplicação destes processos o convento, que se encontra em vias de classificação desde 8 de Fevereiro de 2002 pelo IPPAR, só tem vindo a perder características e elementos que o constituem. A julgar pela destruição, pelas perdas que o convento tem sofrido, sem qualquer tipo de preservação, aquando da decisão final do processo, já pouco do convento irá restar. O processo de reparação é utilizado quando o processo de manutenção não existe ou foi mal executado. Quase sempre, a reparação implica a substituição parcial do objecto a reparar, e como tal, no caso concreto do convento, penso que este processo se devesse aplicar apenas a alguns elementos. Ou seja, não uma reparação total do espaço, mas de elementos que se encontram quebrados e que as suas partes ainda se encontram caídas no local. Seria o caso do forno existente na cozinha, do qual no seu redor encontramos pedras soltas e fora do lugar, de algumas estátuas que se encontram no adro, que para além de estarem fora do seu lugar encontram-se quebradas e com as diferentes

partes em redor, o portão de acesso ao convento, onde encontramos as suas pedras decorativas tombadas no chão, entre outros elementos. Não se torna necessário a reparação de todo o conjunto, visto que este vale enquanto ruína e até mesmo porque a sua revitalização passa mais pela aceitação daquilo que já foi e que não existe mais em termos de edificado, e no renascer das tradições ali realizadas, do que a reconstrução do edifício inicial. A consolidação do conjunto conventual é sem dúvida iminente devido ao seu estado de ruína, obrigando assim a um restabelecimento ou reforço da estrutura do edificado, para que o pouco que ainda existe não desapareça.

Já numa fase de intervenção o restauro seria algo a não aplicar, visto que este significa restituir o estado inicial do edifício, e o seu valor arquitectónico específico e de valor discutível, que seja imperativo obtê-lo por completo. No seguimento deste mesmo raciocínio o preenchimento de lacunas não se aplica ao caso. O processo de renovação seria interessante de aplicar em situações muito pontuais do convento, as pinturas existentes na igreja como a limpeza de pedras decorativas na fachada principal e capelas.

No campo da reconstrução ou reedificação, como forma de construir novamente um edifício ou partes; a cópia consiste na réplica exacta de um edifício ou de partes, quando este corre perigo de destruição, e neste caso, seria de aplicar a estátuas que estejam mais danificadas ou até mesmo em casos em que se justifique manter algumas peças no museu, e criar cópias destas para colocar no convento, no lugar original. Principalmente no caso de estátuas e alguns objectos que foram retirados da igreja, julgo que seria interessante a criação de cópias para que estas ornamentem o espaço, que juntamente com as pinturas recuperadas se revele e ilumine novamente esta área de oração. A reconstituição como meio de conseguirmos reproduzir um elemento ou edifício já desaparecido, através de documentação, poderia ser usada no caso particular do cruzeiro que existia no adro do convento e que devido à queda de um eucalipto, já não existe mais. Esta reconstituição faz todo o sentido como forma de completar o “quadro” que percepcionamos quando acedemos pelo portal principal. Apesar de este não ser um exemplar único ou de grande valor histórico/arquitectónico, completa o percurso de acesso ao convento, onde encontramos já um cruzeiro, finalizando e compondo com as fachadas do convento um enquadramento que importa manter, quer pelo seu valor estético, quer pela identificação do espaço. No local, como já foi referido, encontramos diversas pedras caídas, deslocadas do seu lugar. Para estes casos, em que estas

devem ser repostas, a anastilose é o único método de reconstrução em que o resultado tem algum valor patrimonial. Mas mais que uma procura de valor patrimonial no local, visto que estas peças lá se encontram, torna-se bastante obvio que estas retomem os lugares como forma de completar os pequenos espaços do conjunto edificado que ainda existe.

É na área da reabilitação, em que os objectivos são os de devolver a um edifício a sua capacidade de ser utilizável, que mais importa trabalhar. Como já foi referido, a reutilização deste convento não passa pela reconstrução total do edifício, mas sim pela alteração de alguns aspectos para que as actividades retomem ao seu lugar inicial. Como tal, visto que esta ruína tem um carácter particular, e todo o conjunto se torna ainda mais interessante uma vez exposto à vegetação envolvente, a construção de uma estrutura que consiga proteger este conjunto como se encontra, mas que permita na mesma esta interacção entre interior/exterior, é sem duvida um dos pontos mais interessantes que uma intervenção no local poderá ter. Permitir que este possa ser visitado, utilizado como local de depósito de elementos que façam parte da sua história, ou como local de leitura, de vivências, permitindo sempre o contacto com a ruína que hoje é, ainda repleta de encanto. A translocação é um método de intervenção que não se aplica ao caso, antes pelo contrário, o convento vale é por se manter no lugar em que está, por estar intimamente ligado ao terreno, e daí a sua remontagem noutro local nem se coloca.

No caso da remodelação associada à adaptação do edifício a uma nova utilização, a ampliação poderia ser bastante interessante no caso do convento. A criação de um edifício, devidamente enquadrado com o local e o convento, que possa acolher desde uma pousada, ou uma zona de recriação de actividades para idosos, buscando para o local novas actividades. Até mesmo no caso da ampliação se fosse realizada uma reinterpretação do próprio convento, poderia ser um exercício bastante interessante. Desde a divisão espacial do convento, a alguns elementos decorativos, podiam ser aplicados no novo edifício.

Como fora referido no início deste trabalho, não era seu objectivo a conclusão acerca do melhor método de intervenção no convento de S. Francisco, através da análise dos seus diferentes valores históricos, sociais, arquitectónicos e paisagísticos, verificamos que cada valor possuiu um peso diferente consoante o contexto em que se encontra. Por vezes o

renascimento de um espaço, de um edifício reside no fazer ressuscitar as vivências que outrora existiram que propriamente reedificar todo um espaço dando-lhe novas funções. Cada património arquitectónico deve ser olhado com cuidado e sempre no seu contexto. Os diferentes elementos arquitectónicos possuem diferentes valores patrimoniais.

Bibliografia

Abreu, A., Arezes, M., Lopes, J. (1985). A importância arqueológica do convento arruinado de S. Francisco do Monte em Viana do Castelo. *In*: Boaventura, M. *Actas de Colóquio.* Esposende, pp. 153-168.

Almeida, F. (1967). *História da Igreja em Portugal, Volume I.* Porto, Editora Portucalense.

Azevedo, C. (2001). Dicionário da História Religiosa de Portugal. Centro de estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Circulo de Leitores.

Ballart, J. (1997). El património histórico y arqueológico: valor y uso. Barcelona, Editorial Ariel.

Berriel, M. (2004). Os Franciscanos Observantes Portugueses e a Representação Social Cristão como Equilíbrio do conflito entre poder temporal e poder espiritual (1385-1450). [Em linha]. Disponível em: http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/simposios%20Tematicos/Marcelo%20Santiago%20Berriel.doc. [Consultado em 27/06/2006].

Caldas, J., Gomes, P. (1990). *Cidades e Vilas de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.

Carta de Veneza de 1984 (em Português) – Restauro, Reabilitação, Recuperação, Arquitectura. [Em linha]. Disponível em http://www.paulojones.com/técnicas/carta-veneza.htm. [Consultado em 26/07/2006].

Choay, F. (2006). *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70.

Choay, F. (2005). *Património e Mundialização*. Évora, Casa do Sul Edições.

Convenção de Granada para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa de 03-10-1985. [Em linha]. Disponível em: http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_1309_1_0001.htm. [Consultado em 26/07/2006].

Costa, A., Melo, S. [sn]. *Dicionário de Português*, 4º Edição. Porto, Porto Editora.

Fernandes, J. (1990). Viana Monumental e Artística. Espaço Urbano e Património Viana do Castelo. Barcelos, Editora Minho.

Gonçalves, F. (1990). Um convento abandonado: O de S. Francisco do Monte, junto de Viana do Castelo. *In*: *História da Arte: iconografia e crítica*. Lisboa, INCM, pp.137-140.

Instituição/Acerca. [Em linha]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/001_A.aspx. [Consultado em 26/07/2006].

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico. [Em linha]. Disponível em http://www.ippar.pt/pls/dippar/ippar_home. [Consultado em 26/07/2006].

Marques, A. [et.all]. (1990). *Cadernos Vianenses. Tomo XIV*. Viana do Castelo.

Morais, P. (1995). Convento de S. Francisco do Monte. Passado e Presente!...Que fututo!?. *In*: *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho.* nº16. Viana do Castelo, Ofilito, pp. 217-228.

Moreira, A. (2000). Franciscanos. *In*: Azevedo, C.. *Dicionário da História Religiosa de Portugal.* Vol.2. Rio de Mouro, Circulo de Leitores, pp. 273-280.

Oliveira, M. (1950). As Paróquias Rurais Portuguesas – A sua origem e formação. Lisboa, União Gráfica.

Pereira, A. [sn]. Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído, *Jornal dos Arquitectos*, 213 (Dezembro 2003), pp. 27-32.

Pereira, P. [sn]. Intervenções arquitectónicas recentes no Património edificado, *Jornal dos Arquitectos,* 213 (Dezembro 2003), pp. 14-21.

Prats, L. (1997). *Antropologia e Património*. Barcelona, Editorial Ariel.

Rodrigues, M. (2002). *O que é Arquitectura*. Lisboa, Quimera Editores.

Koch, W. (1982). *Estilos de arquitectura*. Lisboa, Editorial Presença.

Zevi, B. (1979). Architectura in nuce. Uma definição de Arquitectura. Lisboa, Edições70.

Anexos

Percurso

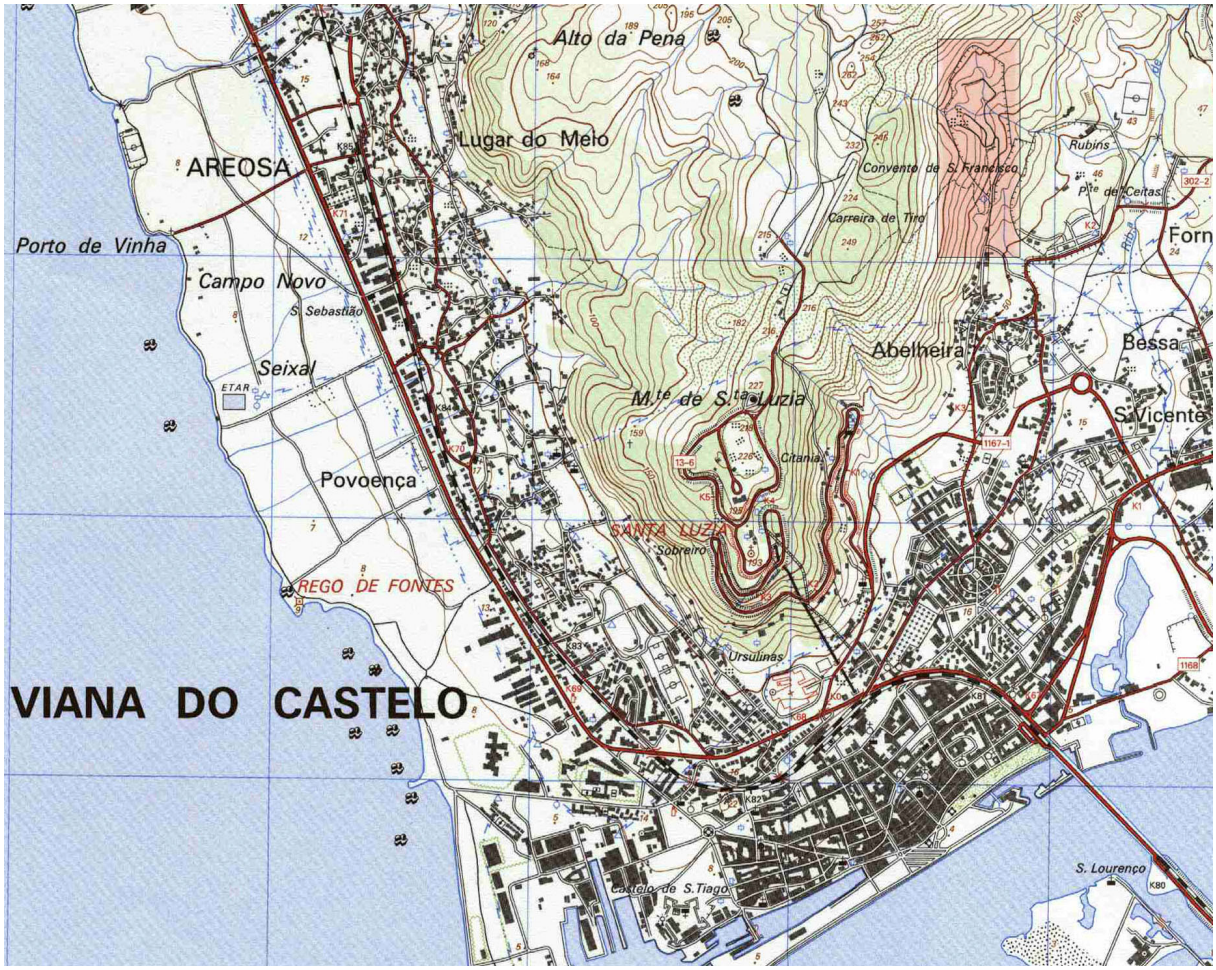

Ilustração 13 - Localização do Convento S.Francisco do Monte, Viana do Castelo



Ilustração 14 - Fotografia panorâmica do Convento



Ilustração 15 - Fotografias do caminho de acesso ao Convento



Ilustração 16 - Cruzeiro de cruz de feição barroca



Ilustração 17 - Pórtico da entrada do convento



Ilustração 18 - Convento de S. Francisco do Monte



Ilustração 19 - Fachada oeste do conjunto monástico (Casa Sotto Mayor)



Ilustração 20 – Fotografia antiga da igreja como hoje a conhecemos



Ilustração 21 - Claustro



Ilustração 22 - Claustro de outro ângulo de visão